

## **Agradecimentos**

Gostaria de registar neste espaço, os meus agradecimentos aos muitos que, de forma directa ou indirecta (mas não menos importante) contribuíram para a concretização deste Projecto.

Às equipas com quem trabalho que, com o seu envolvimento nas situações, nos fazem mobilizar e prosseguir na procura de novas e melhores formas de conhecimento.

À Professora Doutora Esperança Ribeiro, orientadora deste Trabalho, cujas notas dominantes da sua orientação foram a oportunidade das suas recomendações e a cordialidade com que sempre me recebeu.

Aos colegas que colaboraram na realização da entrevista, agradeço o entusiasmo e disponibilidade pessoal.

À minha família e amigos que sempre reforçaram o empenhamento nesta missão, pela sua compreensão, estímulo, disponibilidade e ajuda pronta.

Por fim, mas não em último, dedico à Joana e Afonso um agradecimento especial, pelo tempo que eles merecem e não lhes pude dedicar.

A todos, muito obrigada!

## Resumo

A promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens, tem por pressuposto essencial uma intervenção que permita assegurar às famílias condições para lhes garantirem um desenvolvimento pleno, no âmbito do exercício de uma parentalidade responsável. Ou seja, as Medidas em Meio Natural de Vida devem ser accionadas primeiramente, permitindo que, disponibilizando à criança a protecção adequada, lhe seja possibilitada a manutenção na sua família natural, potenciando o seu papel, mediante o reforço e aquisição de competências dos pais, dado que a criança tem direito a ser educada numa família, de preferência a sua.

A preservação da família requer então dos serviços de protecção à criança a organização de uma intervenção que contorne as vulnerabilidades manifestadas pelas figuras com responsabilidades parentais, desenvolvendo com a família o reforço das suas competências, de molde a ultrapassar rapidamente o que poderia comprometer o desenvolvimento integral das suas crianças, capacitando-se assim, para a sua missão.

O Projecto Família, cujo modelo o presente trabalho se propõe adequar para aplicação e execução no âmbito de intervenção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, na área do concelho de Seia, é um Serviço Intensivo de Preservação Familiar e intervém no contexto natural da família; foi desenhado para apoiar a manutenção da unidade desse núcleo e garantir o bem-estar dos menores, tendo como objectivo intervir com famílias que coloquem em risco as crianças ou jovens a seu cargo.

Palavras-chave: Protecção de Crianças e Jovens; Prevalência da Família; Responsabilidade Parental; Medidas em Meio Natural de Vida; Modelo Intervenção Centrado nas Famílias; Empowerment

## **Abstract**

*The promotion of rights and the protection of children and young people assumes that an intervention, which ensures the families conditions to develop their children and younglings, in the context of a responsible parenthood, is essential. That means the Measures in Natural Means of Living must be used primarily, allowing that, when a child has adequate protection, he is allowed to be kept in his natural family, according to a reinforcement and acquisition of competences from his parents, since children have the right to be educated in a family, preferably his own.*

*The preservation of the family requires, from child protective services, the organization of an intervention that circumvents the manifested vulnerabilities of the parentally responsible figures, developing a reinforcement of the competences with the family, in a way that allows them to surpass quickly whatever could compromise the integral development of their children, thereby fulfilling their mission.*

*The Project Family, which model this current work intends to adequate for application/execution in the scope of CPCJ's intervention, in the context of the county of Seia, is a Intensive Service of Familiar Preservation and intervenes in the normal family context; it was designed to support the maintenance of the familiar unit and guaranteeing the well being of its minors, and its objective is to intervene in the families that put its children or youth in risk.*

**Keywords:** *Protection of Children and Younglings; Prevalence of Family; Parental Responsibility; Measures in Natural Means of Living; Family-Centered Intervention Model; Empowerment*



## ÍNDICE

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>3</b>
1. Famílias.....	3
2. Sistema de protecção de crianças e jovens.....	6
3. Crianças e famílias – intervenção social.....	11
4. Projecto família / “ <i>HOMEBUILDERS</i> ” .....	14
<b>III. PROJECTO DE ACÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1. Diagnóstico .....	17
2. Aspectos metodológicos e procedimentos de diagnóstico.....	18
2.1. Observação Participante.....	19
2.2. Análise documental .....	19
2.3. Entrevistas semi-estruturadas orientadas para técnicos .....	20
2.4. População Auscultada.....	21
2.5. Necessidades identificadas no diagnóstico e estabelecimento de prioridades .....	21
2.5.1. Resultados quanto aos procedimentos e articulação dos serviços.....	21
2.5.2. Evidências a partir dos contributos dos técnicos.....	22
3. Planificação .....	23
3.1. Objectivos do projecto .....	23
3.2. Recursos para a implementação do Projecto de Acção .....	24
3.3. Actividades.....	25
4. Aplicação, execução .....	26
4.1. Fases .....	26
4.2. Cronograma – Projecto Família .....	26
5. Monitorização, avaliação e relatório final.....	27
<b>IV. CONCLUSÃO GERAL.....</b>	<b>28</b>
<b>V. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>29</b>
<b>Anexos</b>	



## I. INTRODUÇÃO

O Preâmbulo da Convenção dos Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral da Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990, assim como vários dos seus artigos, acentuam a importância da família e a necessidade de um ambiente propício ao crescimento e desenvolvimento saudável da criança ou seja, o "reconhecimento que a criança, para o desenvolvimento completo e harmonioso da sua personalidade, necessita de crescer no seio de uma família, num ambiente de felicidade, amor e compreensão."

A generalizada consagração dos direitos da criança, associada à transformação das sociedades, particularmente no ocidente, têm marcado a modificação das práticas educativas e contribuído para o repúdio dos comportamentos de abuso e de negligência sobre crianças e jovens. O reconhecimento da influência destas situações no desenvolvimento dos indivíduos e das respectivas consequências, tem mobilizado para acções de prevenção e de intervenção, dinamizadas pela generalidade dos Estados.

A finalidade é apoiar pais e mães, no sentido de que estas figuras contribuam para o desenvolvimento das suas crianças (Dore & Lee, 1999). Trata-se de melhorar as capacidades educativas das figuras parentais e, nos casos mais graves, de romper o círculo vicioso segundo o qual as famílias com problemas têm filhos com problemas que, por sua vez, virão no futuro a criar crianças perturbadas (Pourtois, Desmet & Barras, 1994).

Ao propor desenvolver o tema "Crescer em Família – desafios à implementação de Medidas em Meio Natural de Vida", a construção do presente Projecto de Acção constituiu-se como um duplo desafio; por um lado, corporizar o desígnio subjacente ao sistema de protecção vigente, procurando promover a aplicação de medidas que, salvaguardando os direitos das crianças que porventura não estejam a ser assegurados possam, ainda assim, proporcionar-lhes a oportunidade de prosseguir os "caminhos" do seu desenvolvimento global, no seio do seu núcleo familiar; por outro lado, considera-se constituir uma oportunidade de contribuir para desenhar um modelo de operacionalização da intervenção no domínio da protecção de crianças e jovens, na senda da valorização das famílias, do reforço

das suas capacidades e simultaneamente qualificar a intervenção dos serviços que lhes prestam acompanhamento.

Ou seja, reportando-nos aos diferentes normativos referentes à protecção da criança, poderemos assim contribuir para a efectivação do desejável equilíbrio entre o desígnio inerente ao “superior interesse da criança” e os também proclamados princípios da “prevalência da família” e da “responsabilidade parental”.

Tendo em vista conferir uma apresentação lógica e perceptível à matéria abordada ao longo deste trabalho, estruturou-se em 2 áreas principais:

No Enquadramento Teórico abordam-se as principais questões inerentes às Famílias e desenvolvimento familiar, as suas funções, importância enquanto estrutura primordial da sociedade, responsabilidades e análise dos seus contextos relacionais à luz da teoria geral dos sistemas e modelo ecológico. Descreve-se o Sistema de Protecção de Crianças e Jovens, apresentando-se um retrato da sua evolução histórica e da consagração dos direitos da infância, instrumentos para a sua efectivação, responsabilidades, fundamentos e princípios orientadores. Segue-se, no ponto reservado à questão Crianças e Famílias – Intervenção Social, no quadro da promoção e protecção, uma análise da intervenção com vista à salvaguarda das crianças, papel central da família como foco de intervenção e modelos propostos no sentido da valorização das forças e competências das famílias, apresentando o Projecto Família, referenciando as suas origens, filosofia, características e fundamentação da sua aplicabilidade.

Na parte III, que diz respeito ao Projecto de Acção a implementar no âmbito da CPCJ, Fundamentação de uma proposta contextualizada, desenvolvem-se as várias fases da construção do presente projecto – Diagnóstico, Planificação, Aplicação/Execução e Monitorização/Avaliação, na linha da metodologia proposta por Gloria Pérez Serrano para a Elaboração de Projectos Sociais

## **II. Enquadramento Teórico**

### **1. Famílias**

*“Um mundo para a criança é um mundo para a família”* ONU, PE, UNICEF, 2002

A Família é o elemento fundamental da sociedade e tem a responsabilidade primária pela protecção, crescimento e desenvolvimento das crianças.

A causa da criança tem vindo a receber atenções cada vez maiores e empenhamento cada vez mais profundo das sociedades no mundo inteiro.

Ainda assim, existem regiões em estados de transição que conduzem a transformações sociais, culturais, económicas e políticas, com sérias e adversas implicações na estabilidade familiar e na guarda da criança no seio da família.

Portanto, quando falamos em socialização não podemos deixar de falar em família, pois como referem Meira e Centa (2003) é o espaço de inclusão e acolhimento da criança, no qual ela deve receber amor, afecto, protecção e segurança, e a quem cabe a responsabilidade da sua socialização. A família torna-se, assim, tal como referido na Constituição da Republica Portuguesa, (artigo 67º) num “elemento fundamental da sociedade”; visto não se poder promover o desenvolvimento de qualquer indivíduo, sem haver o envolvimento de todos os que o rodeiam, a família é, portanto, a base estrutural da sociedade e dos seus elementos.

Cabe, portanto, à família, mas sobretudo aos pais, que são, como vimos, uma das fontes mais importantes de socialização e de educação, a responsabilidade de proporcionar um harmonioso e integral desenvolvimento físico, intelectual, social e moral à criança (Calheiros, 2002). Na opinião de Monteiro (2004), os pais tornam-se, portanto, nos primeiros modelos sociais dos filhos, pois é com eles que primeiramente se identificam e fazem comparações. É desta forma que, a família adquire um papel fundamental na educação dos mesmos e na sua formação enquanto indivíduo.

A preservação da estabilidade familiar, assim como a prevenção das formas de negligência e abandono das crianças, deverão ser a primeira preocupação dos governos e das sociedades civis. Por uma questão de princípio deveriam ser concentrados todos os esforços no sentido de assegurar que as crianças fossem educadas nas próprias famílias.

Na expressão muito bem usada pela UNICEF, "é necessário contribuir para um desenvolvimento de face humana, ou seja, um desenvolvimento em que sejam respeitados os direitos fundamentais da criança", apoiar a implementação de políticas e de programas destinados a reduzir a pobreza, a injustiça social e a criar oportunidades de educação.

As Nações Unidas têm feito esforços concertados, através dos seus variados instrumentos, para proteger e promover o bem-estar da criança na sociedade. A Convenção dos Direitos da Criança (aprovada em Assembleia Geral em 1989) é sem dúvida a Convenção de Direitos Humanos mais ratificada da História. Reconhece a vulnerabilidade excepcional da criança e proclama que a infância deve ser objecto de cuidados e assistência especiais.

Reafirma-se o facto das crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma protecção e de uma atenção especiais, e sublinha de forma particular a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos cuidados e protecção (art.º 18).

“O desenvolvimento das perspectivas ecológicas, no quadro das quais a criança é compreendida em contexto (Hellinckx & Colton, 1993), a inserção significativa da criança e dos seus problemas no contexto da família e do meio sociocultural de que provém, e o entendimento das suas dificuldades como sintoma de dinâmicas relacionais disfuncionais, motivaram transformações de relevo nas concepções e práticas neste domínio” (Martins, 2005).

A família é o espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas de interacção, sendo também o espaço de vivência de relações afectivas profundas. Ao mesmo tempo, a família é, também, um grupo institucionalizado relativamente estável e constitui uma importante base da vida social. A teoria geral dos sistemas e o modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1979), permitem-nos conceptualizar a família como um sistema, que contém subsistemas, e é contida por outros sistemas, com os quais co-evolui, como a

comunidade e a sociedade. Bronfenbrenner, postulou que o indivíduo se movimenta entre estes diferentes sistemas e que os sistemas se relacionam entre si de forma circular, alterando-se mutuamente. No seu modelo, postulou a existência do micro-sistema – composto pelos membros da família, as suas relações e subsistemas; o meso-sistema – composto pelos micro sistemas onde cada membro da família participa consolidando diferentes relações e exercitando papéis específicos dentro de cada contexto; o exo-sistema – que compreende as relações entre um dos elementos e outros sistemas da comunidade que influencia indirectamente os outros membros; e o macro-sistema – que abrange os valores e crenças da sociedade. Transversal a todos estes existe o cronossistema, que permite ter em conta as transformações na família ao longo do tempo, com os seus padrões transgeracionais e histórias pessoais (Alarcão, 2002; Bronfenbrenner, 1979; Serrano, 2007).

Para compreendermos o indivíduo ou a família, temos de compreendê-los na relação com os seus contextos relacionais sejam estes os mais próximos (como a família alargada), ou os mais abrangentes (como a cultura). Este modelo permite ter uma visão sobre a realidade que se pode equiparar ao movimento de uma objectiva fotográfica (Fontes, 2005): uma constante abertura e fechamento do foco, dá-nos a possibilidade de visualizar uma imagem de forma global, podendo, também, a todo o momento, analisar mais de perto os elementos que compõem essa imagem.

A crise dá-se quando a família está perante uma situação de stress e, os recursos que possui e a percepção que tem dos mesmos, não lhe permite lidar com ela.

Considera-se que quando a família percepção os recursos como inexistentes ou não suficientes para resolver a crise, leva a uma deterioração da estrutura familiar e a um mal-estar nos membros da família. A boa adaptação acontece quando os recursos existem e são percebidos pela família como suficientes para resolver a situação de crise, levando-a a manter-se unida, fortalecendo os laços entre os seus membros, aumentando o bem-estar. Os recursos de que a família dispõe são conceptualizados a três níveis: pessoais – características dos membros como a auto-estima, capacidade ou conhecimentos, familiares – características da família como um todo como a coesão, a comunicação ou a adaptabilidade e sociais – pessoas ou instituições com quem a família pode contar ou uma rede onde a família se sente integrada.

A comunidade, onde estão inseridas um conjunto de instituições públicas e/ou privadas, é um dos sistemas em que a família se encontra inserida e à qual pode recorrer. Em função dos recursos pessoais e sociais com que a família conta e as ajudas ou apoios que reúne, poderá transformar a situação de instabilidade chegando a um novo equilíbrio ou, pelo contrário, pode culminar para uma situação de fracasso do sistema (Rodrigo et al., 2008).

## **2. Sistema de Protecção de Crianças e Jovens**

Ao reconhecimento das especificidades deste período do desenvolvimento, crescem as preocupações com a protecção das crianças e a necessidade de definição de comportamentos ou omissões, por parte dos adultos, que poderão ser prejudiciais para o seu crescimento. Neste contexto, a família deixou de ser a única estrutura responsável pela protecção e defesa das crianças, que passam progressivamente a ser reconhecidas como sujeitos de direitos. O reconhecimento da infância como um período específico do desenvolvimento humano e a aceitação de que as crianças constituem um grupo social distinto, dotado de identidade própria, ocorre a partir do século XIX (Tomás & Fonseca, 2004). Surgem assim no final deste século, as primeiras leis de protecção à infância em vários países da Europa designadamente França, Inglaterra e Países Baixos.

Portugal foi um dos primeiros países a adoptar legislação específica para menores (Lei de Protecção à Infância, de 27 de Maio de 1911) apesar dos primeiros progressos ao nível das políticas da infância terem ocorrido preponderantemente após 1974. Uma das medidas implementadas nessa altura foi a criação de um organismo que coordenava as acções dirigidas a menores, de âmbito concelhio, como forma a favorecer a implementação de parcerias entre as entidades que trabalhavam com esta população. Tratava-se da génese das Comissões de Protecção de Menores que posteriormente foram reformuladas em Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Tomás et al., 2003).

O ano de 1979, Ano Internacional da Criança, foi decisivo na mudança de perspectivas sobre a infância e contribuiu para o aumento da discussão sobre problemas e necessidades específicas deste grupo. Durante a década de 80, a par da

diminuição progressiva da taxa de natalidade, a infância passou a assumir um papel cada vez mais importante nas sociedades contemporâneas. De facto, as mudanças ao nível da diminuição acentuada da taxa de fecundidade, que em Portugal passou de 1.6 em 1991 para 1.5 em 2001 (Aboim, 2003) e do envelhecimento da população têm contribuído para o aumento das medidas de protecção às crianças e de incentivo à natalidade (ex.: abono de família pré-natal consagrado no Decreto-Lei n.º 308-A/2007 de 5 de Setembro, alterações no pagamento de impostos discriminando positivamente as famílias numerosas, alargamento da rede pública de equipamentos pré-escolares, etc.).

A elaboração da Convenção dos Direitos da Criança em 1989 foi outro marco importante no desenvolvimento de políticas e medidas de protecção à criança. Desde então, a legislação de cada país tem vindo a ser modificada no sentido de salvaguardar os direitos reconhecidos naquela Convenção ratificada por praticamente todos os países do mundo. As Nações Unidas têm desenvolvido esforços no sentido de incentivar as várias nações que aderiram à Convenção ao cumprimento na íntegra e na prática de todos os princípios nela consagrados.

Do ponto de vista legal, Portugal foi então um dos primeiros países a atender às necessidades específicas das crianças tendo sido uma nação pioneira na elaboração de legislação própria para menores e a Lei de Protecção à Infância (Decreto-lei de 27 de Maio de 1911) foi, não só pioneira mas também inovadora. No entanto, poucos progressos ocorreram durante o período do Estado Novo.

Posteriormente, a partir de 1974, surgem as condições para a concepção e implementação de um sistema de protecção de menores. Assim:

- Desde logo, assistiram-se a esforços no sentido de promover os Direitos da Criança através de políticas mais genéricas de apoio à família com repercussões na melhoria de necessidades básicas aos menores.
- A legislação foi sendo alterada no sentido de permitir a criação de estruturas de avaliação, acompanhamento e intervenção de menores em perigo como as Comissões de Protecção de Menores (Decreto-lei n.º.189/91 de 17 de Maio) e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro),
- Sistematizaram-se conceitos relacionados com o mau trato e a negligência a crianças e jovens (Despacho n.º31292/2008),

- Conseguiu-se a adequação das medidas de protecção (Lei 147/99 de 1 de Setembro) e das medidas tutelares educativas aplicáveis a maiores de doze anos que tenham cometido facto qualificado pela Lei penal como crime (Lei Tutelar Educativa - nº 166/99 de 14 de Setembro).
- Por outro lado, os sucessivos governos têm procurado responder aos apelos de entidades como a Unicef, a ONU e o Comité dos Direitos da Crianças procurando aumentar a qualificação dos profissionais que trabalham nestes domínios, o reforço das equipas que integram estas estruturas e a aplicação de medidas de protecção que não passem pela institucionalização dos menores.

Na actualidade a criança, definida pela Convenção dos Direitos da Criança como todo o ser humano dos 0 aos 18 anos, é reconhecida como um sujeito de direitos, conceito igualmente reforçado no nosso país, através do teor inscrito na Lei de Protecção de Crianças e Jovens (Lei 147/99 de 1 de Setembro), definindo como princípios orientadores da intervenção:

- ✓ Interesse Superior da Criança e do Jovem – a intervenção deve responder prioritariamente aos interesses de bem-estar destes;
- ✓ Privacidade – a intervenção deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada;
- ✓ Intervenção Precoce – intervenção imediata ao conhecimento da situação de risco;
- ✓ Intervenção Mínima – a intervenção deve ser exercida em exclusivo pelas entidades com competência em matéria de infância;
- ✓ Proporcionalidade e Actualidade – a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de risco em que a criança/jovem se encontra;
- ✓ Responsabilidade Parental – na intervenção, os pais devem assumir os seus deveres para com a criança;
- ✓ Prevalência da Família – a criança/jovem em risco deve prioritariamente ser abrangida por medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adopção;
- ✓ Direito à Informação – a criança/jovem e os seus pais têm direito a conhecer os seus direitos;
- ✓ Audição obrigatória e participação – a criança/jovem têm direito a ser ouvidos e a participar na definição das medidas;

- ✓ Subsidiariedade – a intervenção deve ser efectuada primeiramente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas Comissões de Protecção e em ultima instancia, pelos tribunais

Se tradicionalmente, no contexto da sociedade europeia as crianças eram definidas pela sua falta de direitos, vistas como propriedade dos seus pais, os quais são investidos de direitos sobre elas, começou a assistir-se contudo, ao longo do século XX, a uma mudança na forma de compreender as relações estabelecidas entre pais e filhos.

Desde logo, o reconhecimento que os direitos dos pais sobre os filhos não são invioláveis e que o Estado também tem o direito de intervir e proteger as crianças, se tal se revelar necessário e se os direitos não estiverem a ser assegurados.

O papel do Estado e os limites à sua intervenção também é variável, havendo países em que são os serviços públicos que assumem todas as responsabilidades quando se identificam situações de abuso ou negligência e outros em que há parcerias com entidades privadas (geralmente organizações sem fins lucrativos) para actuar nestas situações. O princípio genérico das várias abordagens é o de que uma das funções do Estado é precisamente a de garantir apoio às famílias que, excluídas das vantagens do progresso não consigam assegurar a satisfação das necessidades básicas dos seus filhos (Tomás et al., 2004).

O tipo de abordagem aos fenómenos também diverge. Por um lado, encontramos políticas que apostam na prevenção (ex: reconhecimento e fortalecimento de competências das famílias, programas de prevenção baseados em visitas domiciliárias, implementação de equipamentos sociais de apoio à infância, desenvolvimento de políticas sociais de apoio à família e à maternidade, etc.) e, por outro, políticas que se baseiam na intervenção (ex: afastamento da criança do agregado familiar sem ser dada oportunidade à família de se reorganizar e de reduzir o risco de recorrência de mau trato ou negligência, etc.).

No que concerne às respostas disponibilizadas pelos diferentes Estados, às crianças vítimas de abuso ou negligência, as variações são significativas. Encontramos países em que a institucionalização é uma alternativa frequente mesmo para crianças pequenas (até aos 3 anos), com números dramáticos em países considerados desenvolvidos, apesar de se conhecerem os efeitos negativos desta

solução do ponto de vista do desenvolvimento das crianças (MacLean, 2003). Ou políticas de protecção a menores que se alicerçam nas famílias de acolhimento ou em colocações na família alargada (ex. Estados Unidos da América, Reino Unido, etc.).

A constatação de que as crianças entregues ao cuidado do Estado (institucionalizadas ou em famílias de acolhimento) podem vir a ser novamente vitimizadas nestes contextos, tem contribuído para que sejam equacionadas todas as alternativas a estas medidas. Este é, por exemplo, o espírito da lei portuguesa (Lei nº. 147/99 de 1 de Setembro) que presume que este tipo de soluções (mais gravosas) apenas seja implementado nos casos em que se esgotaram as soluções de integração num contexto familiar, através da aplicação de medidas de apoio junto dos pais ou de apoio junto de outro familiar.

A família é uma dimensão importante no estudo e análise no problema da criança, tendo em conta a sua formação, estrutura, condições de vida, necessidades, relações familiares, factores culturais, bem como os vínculos relacionais e os afectos estabelecidos. Não basta retirar a criança, institucionalizá-la ou atribuir quaisquer prestações sociais à família. As políticas de família constituem na actualidade uma das questões mais pertinentes no debate social contemporâneo. Todavia, não bastam as políticas materiais e protectoras, são necessárias medidas e intervenções que reforcem as competências das famílias e as valorizem como pessoas e cidadãos comuns de qualquer sociedade.

De acordo com o Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Sumário Executivo, realizado pelo CIES-ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, (2008, pg 16) *quanto aos problemas relativos à implementação de medidas, esta fase é provavelmente aquela em que os membros das CPCJ se defrontam com as maiores dificuldades. Antes de mais, a inexistência de procedimentos standardizados e de orientações precisas sobre as medidas a aplicar para cada situação gera insegurança nas decisões e, ao limite, erros de decisão com consequências nefastas para as crianças e jovens. Depois, as CPCJ debatem-se com a ausência ou insuficiência de respostas sociais - como instituições de acolhimento, respostas educativas, etc. - que permitam a efectivação de certas medidas.*

*Por outro lado, após a implementação da medida, coloca-se o problema do seu acompanhamento. Este é, sem dúvida, um dos pontos mais críticos das CPCJ. Pode*

*dizer-se que confrontadas com o número crescente de processos instaurados e com a insuficiência de recursos, as Comissões acabam por concentrar o seu trabalho nos procedimentos até ao acordo de promoção e protecção da criança ou jovem – em muitos casos o trabalho substantivo da CPCJ nos processos acaba por cessar nesse momento -, relegando completamente para segundo plano o acompanhamento. Em muitas situações o acompanhamento não é mais do que um procedimento formal e burocrático, traduzindo-se, na prática, num único contacto telefónico no final dos 6 meses de aplicação da medida, que pode ser replicado mais duas vezes até aos 18 meses legalmente definidos. O problema agrava-se quando não existe uma articulação sólida com entidades que podem fazer ou fazem esse acompanhamento.*

### **3. Crianças e Famílias – Intervenção Social**

*(...) acredito na competência das famílias para atravessar inúmeras eventualidades com as quais são confrontadas, maravilho-me incansavelmente com a riqueza das criações caóticas da vida.*

*Fazer terapia não é resolver problemas ou corrigir erros mas mergulhar no mistério das famílias e do seu encontro. Isto implica passar de uma terapia onde o terapeuta observa a uma terapia onde o terapeuta se observa de forma a reflectir essa percepção sobre a família competente, o que permite fazer emergir a auto-solução.*

*Ausloos, Guy (1999,p.17-19)*

Em Portugal, a intervenção em situações de crianças e jovens em situação de perigo conhece uma viragem no ano 2001 com a criação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Estas entidades surgem para dar resposta aos casos em que as famílias, por razões diversas, têm dificuldade em cumprir o seu papel. O aparecimento das CPCJ representa uma mudança na concepção da intervenção, anteriormente centrada nas instâncias judiciais, para uma visão não judicializada, assente numa lógica de envolvimento da rede social de actores da comunidade, a nível concelhio. Partiu-se do pressuposto de que a protecção de crianças e jovens exige uma acção multidimensional e concertada, que terá a ganhar com a participação

activa e co-responsabilizante das várias entidades que actuam no terreno e em diversos sectores tais como: a segurança social, os serviços de saúde, a educação, as associações de pais, as instituições particulares de solidariedade social e outros (Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório Final, pg 7, CIES-ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2008). Com base nesta nova abordagem, as CPCJ têm constituído elos de ligação entre todos os intervenientes no processo de acompanhamento das famílias e um estímulo para o desenvolvimento e implementação de projectos inovadores no âmbito da prevenção e intervenção dos abusos e negligência na infância e adolescência. Outra das mudanças que se tem observado ao nível do paradigma que orienta a intervenção, é a inclusão das famílias como verdadeiros parceiros desde a fase de planeamento à avaliação.

A generalidade dos programas implementados dá prioridade ao recrutamento de Famílias cujas crianças tenham processos de promoção e protecção instaurados nas CPCJ por via da parceria institucional estabelecida com aquelas entidades. Assim, a participação nas sessões ou nas acções de intervenção domiciliária passa a constar do Acordo de Promoção e Protecção (de acordo com o previsto na lei nº. 147/99 de 1 de Setembro) delineado entre os vários intervenientes (técnico gestor de caso, família, técnicos das instituições parceiras).

A abordagem actualmente predominante nestes programas decorre da mudança ocorrida nos anos 90 do século XX ao nível da concepção da forma de intervenção com famílias, baseada numa perspectiva de competência destas famílias, e a necessidade de potenciar os factores protectores, permitindo o abandono da abordagem de défice geralmente associada às famílias multidesafiadas. A criação de programas passou a ser influenciada pelas perspectivas sistémicas e socioculturais dando cada vez maior ênfase às potencialidades e recursos das famílias.

Na intervenção baseada num modelo colaborativo, os próprios pais constituem a fonte mais preciosa de informações quanto às suas necessidades e funcionamento. Assim, a opção por este modelo irá trazer uma série de implicações no que respeita ao papel do profissional e/ou terapeuta, e o tipo de relação que constrói com as famílias.

Segundo Webster-Stratton e Herbert (1993), colaboração implica a construção de uma relação não culpabilizante, apoiante e recíproca, que considera de forma igualitária os conhecimentos do terapeuta e as forças e perspectivas únicas dos pais,

assente no respeito pelo contributo de cada pessoa, na confiança e na comunicação aberta. Nestas circunstâncias, os pais participam activamente no estabelecimento de objectivos na intervenção e assumem responsabilidade conjunta com o terapeuta na resolução dos seus problemas pessoais ou da sua família, sendo-lhes dada a possibilidade de avaliarem de forma contínua a intervenção, recorrendo o terapeuta a essas avaliações no sentido de refinar e adaptar as metodologias, de acordo com as necessidades da família. A adopção de um modelo de intervenção com estas características implica, pois, que o terapeuta abandone o papel de perito que ensina competências aos pais, e trabalhe conjuntamente com estes, solicitando activamente as suas ideias e sentimentos, compreendendo o seu contexto cultural e envolvendo-os no processo de partilha de experiências, discussão de ideias e resolução de problemas.

Ao assumir uma perspectiva de *empowerment*, criam-se condições para que os alvos da intervenção, eles próprios, “elaborem da forma mais flexível e criativa possível as suas necessidades e as formas de lhes dar resposta, num processo eminentemente colaborativo e de negociação” (Menezes, 1999, p. 31).

Como forma de pôr em prática estes princípios, Turnbull, Turbiville e Turnbull (2000) propõem para este novo milénio um modelo de fortalecimento colectivo (*collective empowerment*) que ultrapassa o enfoque familiar. De acordo com estes autores este modelo foca-se simultaneamente na família, nos profissionais e nos contextos em que famílias e profissionais interagem e colaboram.

As relações entre as famílias e os profissionais ultrapassam as relações de parceria, definidas como relações de “poder com” e há um aumento de poder pela própria relação que se estabelece, a que os autores chamam “poder através da relação” (*power through*).

Para além do papel central da família como foco de intervenção, do fortalecimento das suas competências e do respeito pelas suas decisões, este modelo propõe que a família tenha acesso total aos recursos – formais e informais – que podem responder às suas necessidades e prioridades, que a participação dos pais seja marcada por relações igualitárias com os profissionais, desde o momento em que se planeia o próprio programa e se define a sua filosofia de intervenção e que as necessidades sejam perspectivadas a todos os níveis do sistema ecológico e não apenas no âmbito do micro sistema.

Quando implementado – e os próprios autores considera que este é um modelo para o futuro – este modelo trará resultados a nível da sinergia, da acessibilidade a novos recursos e do aumento na satisfação de todos os participantes: a sinergia ocorre quando os pais se sentem apreciados pelos profissionais e vice-versa e a energia positiva gerada pela colaboração aumenta a capacidade de ambos, permitindo a descoberta de novos recursos, que gerando respostas mais adequadas às necessidades inevitavelmente acarretará o aumento de sentimentos de competência e eficiência, quer para os pais quer para os profissionais.

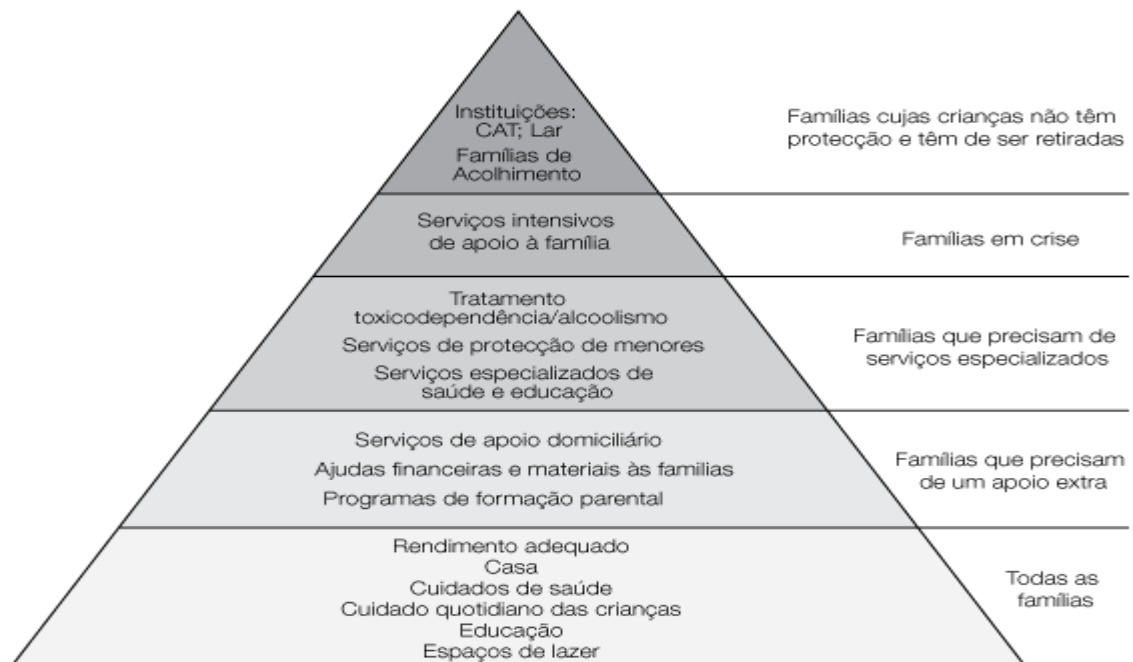
#### **4. Projecto Família / “Homebuilders”**

De acordo com Delgado (2005), o modelo *Homebuilders*, no qual o Projecto Família se inspira, teve origem e foi implementado em Seattle, Washington pelo *Institute for Family Development*, desde 1974. Tendo sido reconhecido como um serviço social pioneiro em termos de preservação da célula familiar, esteve na origem da estruturação de projectos que estão no terreno nos estados americanos, bem como num número crescente de países como o Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Dinamarca, Alemanha, França, Inglaterra, Holanda, Luxemburgo. Em Portugal este modelo encontra-se patenteado pela entidade MDV - Movimento de Defesa da Vida, com sede em Lisboa, que replicou este projecto com o nome de Projecto Família.

Vários estudos, resultantes da investigação realizada, demonstraram a eficácia deste modelo e a sua capacidade de adaptação às múltiplas realidades socioeconómicas e culturais

O Projecto Família é um serviço intensivo de preservação familiar cujo objectivo é o de ajudar famílias que estão a passar por situações de vida que, física ou psiquicamente, põem as crianças ou jovens a seu cargo em risco.

Figura 1 – Pirâmide de Serviços



Fonte: Movimento de Defesa da Vida (MDV)

O Projecto Família parte do princípio de que é possível evitar o afastamento de casa de uma criança numa situação de crise familiar de curto prazo, trabalhando intensamente no sentido de aumentar a competência dos membros da família.

A competência de uma família é analisada através de um modelo de competência, a partir do qual se consideram os factores que influenciam o equilíbrio entre as tarefas de desenvolvimento e as aptidões dos membros da família, no sentido negativo ou positivo.

O assistente familiar trabalha, por um lado, no sentido de aumentar a competência da família e, por outro, de diminuir as tarefas mais pesadas e difíceis de cumprir.

No ensino dos novos comportamentos, são utilizados os princípios da teoria da aprendizagem activa, social e de autodeterminação.

O Projecto Família parte de um conjunto de premissas que pode ser considerado como a filosofia desta intervenção. Uma das referidas premissas é a crença no facto de que qualquer família é capaz de resolver os seus problemas quando tem hipótese de adquirir ou desenvolver as suas competências. Para determinar quais são exactamente as competências que os diferentes membros de

uma família têm de aprender ou desenvolver, utiliza-se o modelo da competência. É a partir dele que se faz uma análise da família e de cada um dos seus membros, no sentido de diagnosticar o que perturba o equilíbrio entre as tarefas de desenvolvimento e as aptidões específicas e de que maneira esse equilíbrio pode ser restabelecida. Uma das formas de o restabelecer é através da aprendizagem de novas aptidões.

As técnicas aplicadas no Projecto Família baseiam-se, portanto, na teoria da aprendizagem. Esta teoria fornece várias explicações para o processo de aprendizagem de comportamentos, sendo também utilizada para analisar problemas.

### III. Projecto de Acção

#### 1. Diagnóstico

Crê-se que as mudanças prioritárias na área da protecção de crianças e jovens em risco não se situam hoje tanto ao nível da protecção jurídico-legal como da administrativa, da criação e flexibilização de respostas e recursos e da qualificação das práticas – aspectos para os quais a investigação académica e a formação consequente podem dar um contributo válido, teoricamente fundamentado, mas também socialmente empenhado e eticamente envolvido.

Pretende-se assim, com o desenho deste Projecto de Acção elaborar um modelo de intervenção junto de famílias em acompanhamento na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), num contexto de aplicação de Medidas em Meio Natural de Vida.

O Projecto Família, inspirado no Modelo *Homebuilders*, cujo modelo o presente projecto de acção se propõe implementar junto das famílias com Medidas em Meio Natural de Vida, aplicadas no âmbito de actuação da CPCJ de Seia, parte do princípio de que é possível evitar o afastamento de casa de uma criança numa situação de crise familiar de curto prazo, trabalhando intensamente no sentido de aumentar a competência dos seus membros. O que de facto se pretende é, através do auxílio imediato e intensivo de um técnico com formação adequada, afastar os riscos em vez de afastar os menores.

*Homebuilders* e Projecto Família adoptaram esta metodologia de intervenção cujo objectivo é preservar o núcleo familiar em segurança e defender o direito que todas as crianças têm de viver com a sua família.

Este modelo de intervenção adequa-se às famílias sinalizadas que estão a passar por um momento de crise e querem realmente fazer mudanças nas suas vidas para manterem os filhos junto de si.

Para que possa preservar a unidade familiar o Projecto Família tem entre outros, o objectivo de facilitar a utilização de recursos formais ou informais por parte dos seus elementos.

## 2. Aspectos Metodológicos e Procedimentos de Diagnóstico

O presente projecto, metodologicamente, foi estruturado com base na proposta de Serrano (2008) para a elaboração e desenvolvimento de Projectos Sociais e respectivas fases - Diagnósticos, Planificação, Aplicação/execução, e Avaliação - que graficamente são assim ilustradas:

Quadro 1 – Elaboração de Projectos Sociais

<b>Diagnóstico</b> Detectar necessidades <i>Input</i>		Detectar necessidades Estabelecer prioridades Fundamentar o projecto Delimitar o problema Localizar o projecto Rever a bibliografia Prever a população Prever os recursos
PROCESSO	<b>Planificação</b> O que fazer	<b>Objectivos</b> Gerais Específicos <b>Metodologia</b> Actividades Técnicas e Instrumentos Definir a população Identificar a amostra Recolha de dados Análise de dados <b>Calendarização</b> <b>Recursos</b> Humanos Materiais Financeiros
	<b>Aplicação/Execução</b>	Desenvolvimento do projecto Acompanhamento do projecto Controlo do projecto
<b>Avaliação</b> O que foi alcançado <i>Output</i>		Avaliação Diagnóstico Avaliação Processo Avaliação Final      Relatório final

Fonte: Serrano, 2008)

A fim de aprofundar e contextualizar o diagnóstico referente à realidade onde se aposta intervir ou seja, a CPCJ de Seia, e no sentido de promover uma análise da necessidade em extensão e em profundidade, para o desenvolvimento deste projecto, optou-se por uma abordagem qualitativa.

### **2.1. Observação Participante**

No que concerne aos procedimentos metodológicos, a qualidade de membro de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, e o envolvimento profissional no contexto subjacente ao objecto do presente Projecto por parte da autora, proporcionou o recurso e a utilização da observação participante, caracterizando-se por ganhos substanciais na compreensão das problemáticas concretas que caracterizam as sinalizações, conhecimento das políticas de promoção e protecção e da organização administrativa, funcional, normativa e procedimental das CPCJ, a par da identificação dos potenciais recursos existentes na comunidade.

### **2.2. Análise documental**

A pesquisa e análise documental procuraram privilegiar sobretudo a recolha e aprofundamento de temáticas referentes à caracterização histórica da família e da criança, bem como os princípios, tendências e modelos de protecção e intervenção dirigidos à criança e à família. Foram também utilizados os documentos produzidos por intermédio dos organismos que tutelam e intervêm no sistema de promoção e protecção, como sejam as convenções internacionais, os relatórios anuais de avaliação da actividade das comissões de protecção, cuja compilação e apresentação tem sido imputada à Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), ou ainda os estudos por esta encomendados e protocolos celebrados com entidades de natureza diversa, tais como universidades, organismos públicos de educação, segurança social, saúde e justiça, sendo ainda de referenciar as estatísticas divulgadas e a legislação específica produzida. Para além da consulta frequente de websites (CNPCJR), foi também dedicada alguma atenção a artigos científicos e de opinião.

### 2.3. Entrevistas semi-estruturadas orientadas para técnicos

Neste projecto foi também efectuada uma entrevista semi-estruturada, aplicada junto de 6 técnicos em exercício (representantes de diversos serviços com implantação local) na modalidade restrita da CPCJ de Seia. Ou seja, gestores de Processos de Promoção e Protecção, com acompanhamento de famílias e respectivas crianças/jovens e responsáveis pela implementação de medidas junto daqueles, e especificamente as Medidas em Meio Natural de Vida.

Marconi e Lakatos (1985:173) entendem a entrevista como *um encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional* trata-se, portanto, de uma conversação efectuada face a face, de maneira metódica e proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária. Ainda segundo estes mesmos autores a entrevista, como técnica de recolha de dados, apresenta inúmeras vantagens, destacando-se por exemplo, a sua versatilidade de utilização junto de variados sectores de população, a sua flexibilidade que fornece ao entrevistador uma maior liberdade na formulação das questões, facilitando deste modo a comunicação, facultando ainda a recolha de dados relevantes para a investigação que não estão disponíveis em fontes documentais;

Também segundo Marconi e Lakatos (1985:176) a preparação da entrevista é uma etapa importante da pesquisa, requerendo tempo e exigindo algumas medidas, tais como:

Deve ser planeada tendo em conta o objectivo a ser alcançado; O entrevistador deve conhecer previamente o entrevistado, com o objectivo de conhecer o envolvimento deste com o assunto; A hora e o local devem ser marcados com antecedência, de forma a assegurar a exequibilidade da entrevista; O entrevistador deve elaborar previamente um guião com as questões importantes a serem colocadas.

Neste sentido, para a realização da entrevista semi-estruturada acima referenciada, foram efectuados contactos prévios para marcação com os participantes, tendo-se igualmente concebido uma checklist de questões a colocar aos técnicos, e organizado um guião, referenciando as dimensões e os objectivos subjacentes (Ver Anexos 1 e 2 respectivamente),

## 2.4. População Auscultada

Quadro 2 - Caracterização dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Sexo	Formação	Área Profissional	Colaboração na CPCJ
1	30	Feminino	Serviço Social	Autarquia	7 Anos
2	32	Feminino	Psicologia	Reabilitação	5 Meses
3	27	Feminino	Psicologia	CAT	1 Mês
4	53	Feminino	Medicina	Saúde	4 Anos
5	41	Feminino	Serviço Social	Segurança Social	15 Anos
6	45	Feminino	Psicologia	Educação	7 Anos

## 2.5. Necessidades identificadas no diagnóstico e estabelecimento de prioridades

### 2.5.1. Resultados quanto aos procedimentos e articulação dos serviços

De acordo com o Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório Final, realizado pelo CIES-ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, existem alguns problemas transversais da actividade das CPCJ, relativamente ao acompanhamento das medidas, tais como:

Não haver acompanhamento de proximidade nem de qualidade, sendo este realizado pelo telefone e apenas no momento da revisão da medida,

Alguma indefinição sobre os reais responsáveis pelo acompanhamento,

Responsabilidade partilhada por entidades externas, o que leva à sobreposição de actuações, morosidade na actualização de informações e duas leituras do processo,

Falta de envolvimento das famílias, o que se traduz na falta de cumprimento dos acordos, em dificuldades especiais com as famílias com cláusulas para desintoxicação (álcool, drogas) e a intervenção é vista como intromissão na família.

A ausência de recursos no contexto da implementação das medidas, traduz-se muitas vezes em procedimentos que são assumidos não por serem considerados os ideais, mas apenas os possíveis. Esta situação passa-se frequentemente com a medida que é uma das soluções mais implementada -“apoio junto dos pais” -com consequências por vezes bastante negativas, podendo perpetuar-se o risco a que a criança estava submetida.

Concluiu-se, como se afirmou acima, através do Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Relatório Final, realizado pelo CIES-ISCTE, que a medida mais frequentemente implementada em 80 a 90% das situações era o “apoio em meio natural de vida”, mas também que o acompanhamento era uma das deficiências mais nítidas do trabalho das comissões.

A ausência de disponibilidade e de recursos tende assim, em muitas situações, a transformar esse acompanhamento em mera formalidade necessária, sem que represente verdadeiro controlo sobre a situação.

### *2.5.2. Evidências a partir dos contributos dos técnicos*

Após a realização das entrevistas, registadas em suporte áudio, procedeu-se à análise de conteúdo das respectivas declarações. Os técnicos participantes acompanham todos eles, processos de promoção e protecção, sendo portanto um grupo homogéneo relativamente ao campo de intervenção.

Através das respostas obtidas, realçaram-se especialmente as dificuldades inerentes à escassez de meios humanos para acompanhar as famílias, bem como o tempo disponível, face ao volume processual, caracterizando como “flashes” os momentos em que a proximidade com as famílias é possível. Por outro lado, a necessidade de formação especializada dos técnicos, sendo por vários dos entrevistados realçada a importância do perfil do profissional para acompanhamento das famílias.

### **3. Planificação**

*A planificação ajuda-nos a conjugar a utopia com a realidade, a harmonizar o que é e o que deveria ser, a analisar onde estamos e para o que tendemos.*

#### **3.1. Objectivos do projecto**

No âmbito deste Projecto de Acção, foram definidos os seguintes Objectivos:

- Objectivos Gerais:

- Implementar um projecto de acompanhamento intensivo às crianças e famílias no contexto da aplicação das Medidas em Meio Natural de Vida

- Promover a protecção de crianças e jovens na instituição familiar, removendo os riscos a partir da identificação e desenvolvimento das potencialidades de todos os seus elementos;

- Objectivos Estratégicos:

- Por em evidência as potencialidades e os benefícios de um serviço prestado na comunidade e em casa das famílias consideradas de alto risco;

- Qualificar as práticas profissionais dos técnicos junto das famílias

- Adoptar uma intervenção centrada nas famílias e no reforço das suas competências

- Objectivos Resultado

Como objectivos de Resultado, espera-se:

- Aumento das competências parentais, reduzindo as situações em que colocam os filhos em risco

- Melhoria dos cuidados proporcionados pelas famílias às crianças e jovens em risco

- Reduzir a prática da institucionalização de menores dando-lhes a oportunidade de permanecerem em segurança junto da sua família;

- Reduzir o prazo de duração dos processos de promoção e protecção na CPCJ

### 3.2. Recursos para a implementação do Projecto de Acção

Tendo em conta que o presente projecto se orienta para uma intervenção de base territorial concelhia, e considerando os mecanismos de planeamento estratégico em curso no contexto da Rede Social, que apela à participação dos diversos actores locais na definição e rentabilização dos recursos existentes, prevê-se recrutar através das parcerias institucionais (sobretudo organismos públicos e/ou instituições de solidariedade social), a disponibilização dos recursos materiais e sobretudo humanos e técnicos necessários à execução deste projecto e ao efectivo acompanhamento das famílias, seleccionadas para esta intervenção.

Por outro lado, a estrutura organizacional da CPCJ na sua modalidade Alargada será envolvida através dos serviços nela representados, sendo chamada a, no âmbito das suas competências, “colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projectos inovadores no domínio da prevenção primária dos factores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo”, conforme previsto no artº18 da Lei 147/99 de 1 de Setembro.

- Recursos Humanos:

5 Técnicos com formação na área das Ciências Sociais e Humanas (Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais) seleccionados e cedidos em part-time através da rede de parceiros do concelho de Seia que adiram ao projecto, cobrindo territorialmente o concelho.

2 Formadores do Movimento de Defesa da Vida (MDV) – para ministrar formação aos técnicos, certificando-os como Assistentes Familiares.

1 Técnico Supervisor, cedido em part-time através de um organismo público com competências na área da família.

- Recursos Físicos e Materiais:

1 Sala de Formação/Reuniões – nas instalações da Rede Social, cedidas pelo Município

Gabinetes de atendimento e de trabalho, bem como viaturas e material de desgaste, serão assegurados pelos parceiros, na medida das necessidades dos técnicos respectivos no efectivo acompanhamento às famílias do seu território.

## Material de Apoio e Documentação Técnica

- Recursos Financeiros:

Previstos no DL 12/2008 de 17 de Janeiro - trata-se de apoios financeiros atribuídos pela Segurança Social, mediante as necessidades diagnosticadas nas famílias, com vista à execução das Medidas em Meio Natural de Vida, aplicadas no âmbito da CPCJ.

### **3.3. Actividades**

Durante o período de acompanhamento das famílias (6 semanas), o assistente familiar orienta a sua acção no sentido de aumentar a competência da família através do ensino de aptidões pessoais (auto-estima, gestão do stress, da raiva e da depressão,) inter-pessoais (escuta activa, expressão de sentimentos, resolução de conflitos), educação, formação profissional, gestão doméstica, cuidados de higiene e outras. A selecção das aptidões a trabalhar e das técnicas de aprendizagem a utilizar com cada elemento da família deverão estar em sintonia.

A intervenção do assistente familiar é intensiva e abrangente e concentra-se num curto período de 4 a 6 semanas. Por isso não acompanha muitas famílias em simultâneo podendo, desta forma, dedicar-lhes tempo. Esse tempo varia entre cinco a vinte horas por semana, em função das exigências de cada caso. Graças a esta intervenção intensiva, o assistente familiar não demora muito tempo a diagnosticar a situação pelo que pode, desde cedo, começar a trabalhar aptidões.

Além disso, pode exercer um julgamento mais justo das situações complicadas e perigosas e avaliar melhor os progressos dos membros da família.

O apoio é também de natureza prática e material, podendo encontrar certos elementos da família cujas tarefas de desenvolvimento são, por vezes, excessivas e pode ajudar uma mãe a fazer as compras do mês de forma racional, a tomar conta das crianças ou ajudar na limpeza da casa.

## 4. Aplicação, Execução

### 4.1. Fases

- Reuniões com entidades locais, com vista ao estabelecimento de protocolos de parceria
- Selecção dos técnicos
- Curso de Formação Inicial para Assistentes familiares – 40 horas (anexo 3)

Unidades temáticas:

Fundamentos, Filosofia e Características; Modelo de Competências; Teoria da Aprendizagem.

Determinação de objectivos, prioridades e pontos de trabalho.

Técnicas para desenvolver aptidões; Pensamento crítico; Técnicas para resolução de problemas.

Técnicas para influenciar pensamento e emoções; Assistência prática e material.

Aprendizagem de aptidões pedagógicas; Aumentar a segurança.

Organização do trabalho de Assistente Familiar; Encerramento do processo de intervenção na família.

- Reuniões para selecção do público-alvo, famílias com MMNV aplicadas pela CPCJ
- Acompanhamento das famílias (6 semanas)

### 4.2. Cronograma – Projecto Família

Calendarização	1ª Semana	2ª Semana	3ª Semana	4ª Semana	5ª Semana	6ª Semana	1º Mês	3º Mês	6º Mês	12º Mês
Diagnóstico/ Definição Objectivos										
Treino de Competências										
Preparação da saída										
Follow up										

Fonte: Movimento de Defesa da Vida (MDV)

## **5. Monitorização, Avaliação e Relatório Final**

O Projecto Família utiliza os instrumentos específicos de avaliação dos serviços de intervenção intensiva junto das famílias dos EUA, nomeadamente a North Caroline Family Assessment Scale, (Anexo 4) que é uma escala de avaliação sócio-familiar aplicada ao modelo “Homebuilders”, na qual se avalia a performance da família, sob diversos parâmetros (Ambiente; Capacidades Parentais; Interações Familiares; Segurança Familiar; Bem-Estar do Menor; Ambivalência dos Progenitores)

No decorrer da intervenção, efectua-se uma avaliação contínua através da supervisão semanal. No final das 6 semanas em que a família teve possibilidade de adquirir, ou não, os instrumentos que lhe permitem consolidar as alterações de comportamento realizadas durante a intervenção, a família faz a sua avaliação sobre o trabalho realizado e, por fim, o Assistente Familiar elabora o relatório da intervenção (Anexo 5) para a entidade sinalizadora.

Terminada a intervenção intensiva de 6 semanas, segue-se o trabalho de acompanhamento repartido em 4 sessões de followup junto da família: 1 mês, 3 meses, 6 meses e 1 ano. Em conjunto, revêem-se os objectivos, acrescentam-se outros, listam-se as dificuldades e as novas necessidades.

#### **IV. Conclusão Geral**

O desafio que esteve subjacente ao desenvolvimento de um Trabalho com as características deste Projecto de Acção, que comporta em simultâneo uma vertente prática de potencial aplicação em domínios da realidade profissional, revelou-se profícuo, quer na vertente académica que lhe esteve subjacente pela oportunidade de aprofundar e validar outros conhecimentos, quer ainda no campo onde me situo, particularmente a área da protecção de Crianças e Jovens.

O desenvolvimento de um Projecto desta natureza, e etapas percorridas para a sua prossecução, permitiram caminhar em contextos reais, conferindo assim uma maior confiança na exequibilidade e aplicabilidade da proposta que agora finalizo. Com efeito, os procedimentos metodológicos foram aplicados a partir de actores directamente envolvidos, a realidade descrita não é apenas uma “realidade virtual” , e os mecanismos de actuação e instrumentos de acção propostos, estão disponíveis.

## V. Bibliografia

Aboim, S. (2003). Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, problemas e práticas*, 43, 13-30.

Alarcão, M. (2002). *(Des) equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.

Ausloos, G.(1996) *A competência das Famílias – Tempo, caos e processo*, pp. 17-19  
Lisboa, Climepsi Editores

Bardin, L. (2002) *Análise de Conteúdo*. Pp 121-169. Edições 70, Lda

Berry, M. (1997). *The family at risk: issues and trends in family preservation services*. U.S.A.: University of South Carolina.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University.

Calheiros, M. (2002). *A Construção Social do mau trato e negligência: do senso-comum ao conhecimento científico*. Tese de Doutoramento publicada. Lisboa: ISCTE/Fundação Calouste Gulbenkian (pp.3-9).

Carneiro, M. (coord). (1997). *Crianças de Risco*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (pp.301-319).

Cecconello, A. & Koller, s. (2000). *Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza*. *Competência social e empatia estudos de psicologia*, 5(1), 71-93.

Colaço, N. (1993). Sistema Familiar e suas Disfunções. In *Revista Infância e Juventude*: Lisboa.

Colleti, M., & Linares, J. L. (1997). *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática: la experiencia cuitat vella*. Barcelona: Paidós.

*Constituição da Republica Portuguesa*. (2003). Coimbra: Livraria Almedina.

Convenção dos Direitos da Criança (1989). Retirado em Janeiro de 2011 de [www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca\\_2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca_2004.pdf).

Delgado, G Mira., & Vale, I. (2005). *Manual das Assistentes Familiares do Projecto Família*. Movimento de Defesa da Vida: Não Publicado.

- Dessen, M., & Braz, M. (2000). *Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16 (3), 221-231.
- Dore, M.M., & Lee, J. M. (1999). *The Role of Parent training with abusive and neglectful parents*. *Family Relations*, 48(3), 313-325
- Ferreira, J. M. (2011) *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância. Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à Criança e à Família*. Lisboa. Quid Juris Sociedade Editora
- Fontes, L. A. (2005) *Child abuse and culture. Working with diverse family*. Nova Iorque. The Guildford Press
- Fraser, M., Walton, E., Lewis, R., Pecora, P. J. & Walton, W. K. (1996). An Experiment In Family Reunification: Correlates Of Outcomes At One-Year Follow-Up. *Children and Youth Services Review*, Vol. 18, (4, 5), 335-361.
- Gelberg, L., Andersen, R.M., & Leake, B.D. (2000). *The behavioral model for vulnerable populations: application to medical care use and outcomes for homeless people*. *Health services research*, 34 (6), 1273-1302.
- Helinckx, W., & Colton, M. (1993). *Residential and Foster Care in the EC*
- Hespanha, Pedro, "Rotas de (In) Sucesso na intervenção social com famílias muito vulneráveis", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do programa POCTI (projecto POCTI/SOC/59979/2004). (2004-2006).
- Kinney, J.M (1990). *Keeping families together – homebuilders family services program*. *Children today*. Consultado em 6 de Março de 2011 através de [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_m1053/is\\_n6\\_v19/ai\\_10713534/](http://findarticles.com/p/articles/mi_m1053/is_n6_v19/ai_10713534/).
- Kinney, J, Haapala, D., & Booth, C. (1991). *Keeping families together: the homebuilders model*. Consultado em 6 de Março de 2011 através de <http://books.google.pt/books?id=RdadZ0eOxuMC&printsec=frontcover>.
- Kirk, R., & Griffith, D. (2008) *Annual Report to the General Assembly of the State of North Carolina on the Intensive Family Preservation Services Program for the 2006-2007 State Fiscal Year*.

Kirk, R. S. & Ashcraft, K. R. (s.d.) *User's Guide For The North Carolina Family Assessment Scale (NCFAS) version 2.0*. Consultado em 6 de Março de 2011 através de [http://ssw.unc.edu/jif/reports/Guide\\_20.pdf](http://ssw.unc.edu/jif/reports/Guide_20.pdf).

Lakatos; Eva. M., Marconi, Marina A. (1985). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo – Editora Atlas

MacLean, K. (2003). *The impact of institutionalization on child development*. *Development and Psychopathology*, 15, 853-884.

Madsen, William C. (1999) *Collaborative Therapy with multistrressed-families: from old problems to new futures*. New York. The Guilford Press

Magalhães Teresa, (2002) *Maus-tratos em Crianças e Jovens – Guia prático para profissionais*. Porto. Editora Quarteto.

Martins, C.,M.,Paula, (2005) – *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens -As Respostas Institucionais*, 7.

Meira, M. & Centa, M. (2003). *A evolução da família e as suas implicações na educação dos filhos*. *Família, saúde e desenvolvimento*, 5(3), 223-230, Set./Dez.

Menezes, I. (1990) *Desenvolvimento no Contexto Familiar*. In B. P. Campos (coord). *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*. (pp.51-91). Lisboa: Universidade Aberta

Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1998). *Working with families of the poor*. New York: The Guilford Press.

Monteiro, M. B. *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

National Family Preservation Network (2003). *Intensive family preservation services protocol*. Consultado em 6 de Março de 2011 através de [www.nfnpn.com](http://www.nfnpn.com).

Pourtois, J. P., Desmet, H., & Barras, C.(1994). *Educação Familiar e Parental*. *Inovação*, 7, 289-305

Relvas, Ana Paula (1996) *O Ciclo Vital da Família – Perspectiva Sistémica*, Porto, Edições Afrontamento

- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). (coord.), *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto Editora
- Rodrigo, M.J., Máiquez, M.L., Martín, J.C. & Byrne, S. (2008). *Preservación familiar: un enfoque positivo para la intervención con familias*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Serrano, A. M. (2007). *Redes sociais de apoio e a sua relevância para a intervenção precoce*. Porto: Porto Editora.
- Serrano, Gloria Pérez (2008). *Elaboração de Projectos Sociais – Casos práticos*. Coleção Educação e Trabalho Social. Porto Editora
- Sluzki, C.E. (1996). *La rede social: frontera de la practica sistematica*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto
- Staudt, M. (1999). *Barriers and facilitators to use of services following intensive family preservation services*. *The Journal of Behavioral Health Services & Research*, 26 (1), 39-49.
- Staudt, M. (2000). *Correlates of recommended aftercare service use after intensive family preservation services*. *Social Work Research*, 24 (1), 40-50.
- Staudt, M. (2001). *Use of services prior to and following intensive family preservation services*. *Journal of Child and Family Studies*, 10 (1), 101-114.
- Staudt, M., & Drake, B. (2002). *Intensive family preservation services: where's the crisis?* *Children and Youth Services Review*, 24 (9, 10), 777-795.
- Strecht P. (1998) *Crescer Vazio* Assírio e Alvim Ed.
- Tomás, C. & Fonseca, D. (2004). *Crianças em perigo: O papel das Comissões de Protecção de Menores em Portugal*. *Revista de Ciências Sociais*, 47, 383-408.
- Turnbull, Turbiville e Turnbull (2000) *Evolution of family-professional partnerships: Collective empowerment as the model for the yearly twenty-first century*. In J.P. Shonkoff and S.J. Meisels (Eds.). *Handbook of Early Childhood Intervention* (2<sup>nd</sup> Ed.). Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press

U.S. Department of health and human services (2001). *Evaluation of family preservation and reunification programs: executive summary to the interim report.*

Consultado em 6 de Março de 2011 através de <http://aspe.hhs.gov/hsp/fampres94/execsum.html>

Webster-Stratton, C., & Herbert M. (1993) *What really happens in parents training?* Behavior Modification 17(4) 407-456

Webster-Stratton, C., & Herbert M. (1994). *Troubled Families – Problem Children. Working with parents: a collaborative process.* Chichester: Wiley.

### **Relatórios**

Anália Torres (coordenadora) Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Sumário Executivo. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa. Fevereiro de 2008.

Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (2009). Relatório anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2008

Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (2010). Relatório anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2009

### **Legislação**

Lei 147/99 de 1 de Setembro Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

DL 12/2008 de 17 de Janeiro Regulamentação das Medidas em Meio Natural de Vida

DL 115/2006 de 14 de Junho Regulamentação da Rede Social

## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### Questões Entrevista Semi-Estruturada (Técnicos)

“Crescer em Família – Desafios à Implementação de Medidas  
em Meio Natural de Vida”

Questões Entrevista Semi-Estruturada (Técnicos)

---

1. Quais as virtualidades das Medidas em Meio Natural de Vida, no âmbito das medidas de promoção e protecção de crianças e jovens?
2. Quais as dificuldades actuais de implementação deste tipo de medidas?
3. O que considera ser mais importante trabalhar, nestas famílias e crianças/jovens, na implementação destas medidas em meio natural de vida?
4. De que forma é feito esse trabalho?
5. Qual o tipo de intervenção que seria ideal, a seu ver?
6. Quais os impactos que essa intervenção teria nas várias fases do Processo de Promoção e Protecção?
7. Neste tipo de intervenção, quais os recursos que considera importantes?
8. Quais os obstáculos que poderiam surgir para a implementação de um projecto de intervenção junto das famílias?
9. Como deveria ser feita a avaliação de um projecto de intervenção junto das famílias?

## **ANEXO 2**

### Organização do Guião de Entrevista Semi-Estruturada

Organização do Guião de Entrevista Semi-Estruturada a aplicar aos membros da CPCJ Restrita (acompanhamento de Processos de Promoção e Protecção)

Dimensões	Objectivos	Questões
<p>Aplicação actual das Medidas em Meio Natural de Vida</p>	<p>Identificar os principais pontos fortes das MMNV;</p> <p>Identificar as principais dificuldades da CPCJ na aplicação das MMNV;</p> <p>Caracterizar a intervenção;</p> <p>Compreender se esta CPCJ tem uma prática que assegura a efectiva implementação das MMNV.</p>	<p>Quais as virtualidades das Medidas em Meio Natural de Vida, no âmbito das medidas de promoção e protecção de crianças e jovens?</p> <p>Quais as dificuldades actuais de implementação deste tipo de medidas?</p> <p>O que considera ser mais importante trabalhar, nestas famílias e crianças/jovens, na implementação destas medidas em meio natural de vida?</p> <p>De que forma é feito esse trabalho?</p>

<p>Expectativas de Intervenção junto das Famílias</p>	<p>Identificar se a CPCJ em análise identifica como necessária, uma alteração na implementação das MMNV</p> <p>Perceber se a CPCJ em análise se encontra aberta a outras formas de intervenção junto das famílias;</p> <p>Compreender de que forma um projecto de intervenção junto das famílias teria impacto nas fases do PPP;</p> <p>Identificar a percepção dos técnicos acerca dos recursos, obstáculos e formas de avaliar, num projecto de intervenção junto das famílias</p>	<p>Qual o tipo de intervenção que seria ideal, a seu ver?</p> <p>Quais os impactos que essa intervenção teria nas várias fases do Processo de Promoção e Protecção?</p> <p>Neste tipo de intervenção, quais os recursos que considera importantes?</p> <p>Quais os obstáculos que poderiam surgir para a implementação de um projecto de intervenção junto das famílias?</p> <p>Como deveria ser feita a avaliação de um projecto de intervenção junto das famílias?</p>
---	--	--

### **ANEXO 3**

Curso de Formação Inicial para Assistentes familiares - Unidades temáticas



**Plano Curricular**

<i>Designação de unidades temáticas:</i>	<i>Horas</i>
<i>Fundamentos, Filosofia e Características; Modelo de Competências; Teoria da Aprendizagem</i>	8
<i>Determinação de objectivos, prioridades e pontos de trabalho</i>	10
<i>Técnicas para desenvolver aptidões; Pensamento crítico; Técnicas para resolução de problemas</i>	6
<i>Técnicas para influenciar pensamento e emoções; Assistência prática e material</i>	6
<i>Aprendizagem de aptidões pedagógicas; Aumentar a segurança.</i>	6
<i>Organização do trabalho de Assistente Familiar; Encerramento do processo de intervenção na família</i>	4
<b>Total</b>	<b>40</b>

*Observações :* .....

*Outras :* .....

## **ANEXO 4**

### North Caroline Family Assessment Scale



Família: _____
Nº de caso: _____
Assistente Familiar: _____

**ESCALA DE AVALIAÇÃO FAMILIAR**  
 (NCFAS-R: North Carolina Family Assessment Scale-Reunification)  
 (Escala de Avaliação Familiar da Carolina do Norte - Reunificação) Versão R1.0

Forte acentuado: +2  
 Problema moderado: -2

Forte ligeiro: +1  
 Problema ligeiro: -1

Básico adequado: -0  
 Problema grave: -3

**1. Ambiente**

	Forte/ acentuado	Forte ligeiro	Básico/ adequado	Problemas ligeiros	Problemas moderados	Problemas graves
1.1 Estabilidade habitacional						
1.2 Segurança na comunidade						
1.3 Condições de habitação						
1.4 Emprego/rendimento						
1.5 Gestão financeira						
1.6 Alimentação nutrição/						
1.7 Higiene pessoal						
1.8 Meios de transporte						
1.9 Ambiente educativo						
<b>QUADRO GERAL 1. (Ambiente)</b>						

## 2. Capacidades Parentais

	Forte/ acentua do	Forte ligeiro	Básico/ adequado	Problemas ligeiros	Problemas moderados	Problemas graves
2.1 Supervisão crianças						
2.2 Disciplina						
2.3 Oportunidades de enriquecimento/ desenvolvimento						
2.4 Saúde mental dos progenitores/enc. de ed.						
2.5 Saúde física dos progenitores/enc. de ed.						
2.6 Toxicodependência Alcoolismo dos progenitores/enc. de ed.						
QUADRO GERAL 2. (Capacidades Parentais)						

## 3. Interações familiares

	Forte/ acentuado	Forte/ ligeiro	Básico/ adequado	Problemas ligeiros	Problemas moderados	Problemas graves
3.1 Ligação com o menor						
3.2 Expectativas do menor						
3.3 Apoio mútuo na família						
3.4 Relação entre os progenitores/enc. de ed.						
QUADRO GERAL 3. (Interações familiares)						

#### 4. Segurança familiar

	Forte/ acentuado	Forte/ ligeiro	Básico/ adequado	Problemas ligeiros	Problemas moderados	Problemas graves
Violência física sobre o menor						
Abuso sexual do menor						
4.3 Violência emocional sobre o menor						
4.4 Negligência do menor						
4.5 Violência doméstica entre companheiros íntimos (progenitores/enc. de ed.)						
QUADRO GERAL 4. (Segurança familiar)						

#### 5. Bem-estar do menor

Nota: preencher um quadro 5. por cada menor

	Forte/ acentuado	Forte/ ligeiro	Básico/ adequado	Problemas ligeiros	Problemas moderados	Problemas graves
5.1 Saúde mental						
5.2 Comportamento						
5.3 Aproveitamento escolar						
5.4 Relação com os progenitores/enc. de ed.						
5.5 Relação fraternal						
5.6 Relação com os pares						
5.7 Motivação para cooperar/ preservar a família (menor)						
QUADRO GERAL 5. (Bem-estar do menor)						

**A PARTIR DESTA PONTO PREENCHER APENAS NOS CASOS DE REUNIFICAÇÃO**

**6. Ambivalência dos progenitores/enc de ed. e do menor**

	Forte/ acentuado	Forte/ ligeiro	Básico/ adequado	Problemas ligeiros	Problemas moderados	Problemas graves
6.1 Ambivalência dos progenitores/enc. de ed.						
6.2 Ambivalência do menor						
6.3 Ambivalência demonstrada pelo enc de ed. substituto						
6.4 Ligação interrompida						
6.5 Visitas domiciliares de pré reunificação						
QUADRO GERAL 6. (Ambivalência dos progenitores/enc de ed. e do menor)						

**7. Preparação para a reunificação**

	<b>Forte/ acentuado</b>	<b>Forte/ ligeiro</b>	<b>Básico/ adequado</b>	<b>Problemas ligeiros</b>	<b>Problemas moderados</b>	<b>Problemas graves</b>
<b>7.1 Resolução dos factores de risco CPS</b>						
<b>7.2 Planificação do encerramento do caso</b>						
<b>7.3 Resolução de questões de ordem jurídica</b>						
<b>7.4 Compreensão dos progenitores/enc. de ed. da necessidade de cuidados da criança</b>						
<b>7.5 Apoio de retaguarda e/ou de planificação de serviços</b>						
<b>QUADRO GERAL 7. (Preparação para a reunificação)</b>						

## **ANEXO 5**

### Relatório da Intervenção



## **MODELO de RELATÓRIO FINAL**

**1 – Período de acompanhamento** ( Nome da família, data de sinalização, início e termo da intervenção).

**2 – Descrição da situação familiar**

- 2.1 – Genograma
- 2.2 – Habilitações Literárias (relativo a cada elemento)
- 2.3 – Condições económico-profissionais (o que cd elemento faz e rendimentos)
- 2.4 – Condições habitacionais
- 2.5 – Rede social de apoio (vizinhos, familiares, instituições,...)

**3 – Problemáticas**

- 3.1 – Problemas identificados pela entidade que referenciou;
- 3.2 – Problemas identificados pela família;
- 3.3 – Problemas identificados pelo técnico

**4 – Potencialidades encontradas na família**

**5 – Objectivos**

- 5.1 – Propostos pela família;
- 5.2 – Propostos em conjunto com o técnico;
- 5.3 – Objectivos atingidos;

**6 – Recurso / encaminhamentos** (instituições e serviços contactados para resolução das diferentes problemáticas)

**7 – Conclusões** (perspectiva do técnico relativamente aos objectivos alcançados, se foram bem cimentados ou se poderão ter retrocessos a curto prazo)



Família: \_\_\_\_\_

N.º de Caso: \_\_\_\_\_

Assistente Familiar: \_\_\_\_\_

Data reunião de supervisão: \_\_\_\_\_

### SÍNTESE DA INTERVENÇÃO

*(a apresentar pelo Assistente Familiar na reunião de supervisão no final da intervenção)*

**1. Objectivos estabelecidos com a família:**

---

---

---

---

---

---

**2. Objectivos atingidos:**

---

---

---

---

---

**3. Dificuldades sentidas pela família ao longo do processo de intervenção:**

---

---

---

---

---

---

**4. Dificuldades sentidas pelo Assistente Familiar**

---

---

---

---

---

---

**5. Progressos observados em cada elemento da família no sentido de alcançar o(s) objectivo(s) estabelecido(s)**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**6. Apoios/ serviços solicitados pelo Assistente Familiar ao longo da intervenção:**

---

---

---

---

**7. Apoios/ serviços aconselhados pelo técnico a assegurar após o período de intervenção:**

---

---

---

---

---

---

---

Assinatura do Assistente Familiar

## **ANEXO 6**

### Entrevistas

## Entrevista 1

(OD) – Boa tarde, obrigada por ter aceite este meu convite e proposta de colaborar neste estudo que estou a desenvolver e que se enquadra no Mestrado Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, que me encontro a concluir. Nesta fase final, propôs-me desenvolver um Projecto de Acção, “Crescer em família, desafios à Implementação de Medidas em Meio Natural de Vida” sobre a temática das CPCJ e especificamente sobre as crianças e jovens e famílias que acompanham e especificamente com medidas em meio natural de vida. E sendo assim e porque também sou parte activa nestas questões, e posição observante mas também participante, entendi tratar este tema até pelo desafio que coloca à intervenção, ou seja, estatisticamente as MMNV representam 90% das medidas.

Metodologicamente falando, encontro-me na fase de diagnóstico, levantamento de necessidades e caracterização da realidade em que pretendo intervir, que é o concelho de Seia, nomeadamente as famílias e crianças acompanhadas na CPCJ de Seia, pelo que os técnicos da CPCJ Restrita constituem os informadores privilegiados. Como já tínhamos combinado, há aqui algumas questões que vão guiar a nossa conversa.

Começava por pedir a sua opinião em relação a esta medida prevista na lei, MMNV – tem ao seu redor algumas virtualidades que lhe ocorra assinalar?

(CV) – Quanto a mim, a maior virtualidade desta medida, é poder manter a criança na família ou num tipo de resposta semelhante. Um dos princípios previstos na lei é o da prevalência da família, e as próprias crianças não têm que sair do seu contexto, da escola, os amigos...

(OD) - Que principais dificuldades se levantam à implementação dessas medidas?

(CV) – Logo à partida, a falta de colaboração e disponibilidade dos pais para a mudança, e para as medidas propostas, seja no domínio das competências parentais, e melhoria de alguns aspectos da sua vida. Apesar de dar consentimento, nem sempre colaboram na execução.

(OD) – Portanto, não entendem estas medidas como algo benéfico às suas vidas, mas antes vêem como imposição.

(CV) – Sim, por vezes. Mas também por vezes o tempo das medidas, estabelecido na lei, não é o tempo da família. A família tem que crescer, isso leva tempo. Por outro lado ainda, poderá haver escassez de recursos humanos especializados e recursos financeiros necessários para a implementação das medidas. A pouca disponibilidade dos técnicos é outra situação que pode ser muito complicada; Temos muitos processos, temos que gerir o tempo, que não se ajusta às necessidades de acompanhamento efectivo das famílias. A própria comunidade não está desperta para dar oportunidade e colaborar com a família nesta mudança, porque já estão rotuladas.

Também por outro lado, por vezes não somos capazes de ver a outra face, acreditar que as pessoas podem mudar e que tem capacidades próprias.

Ainda a dificuldade de nós como técnicos, não sabermos ouvir, entrarmos em processos de stress, não estamos tão disponíveis ao estar com as famílias, saber escutar, e isso gera algumas dificuldades.

(OD) – Apesar das virtualidades da medida, há também dificuldades pelo caminho mas, mesmo assim, haverá as áreas mais importantes para trabalhar com as famílias?

(CV) – Uma das áreas mais importantes a serem trabalhadas, na minha opinião são as competências pessoais de cada membro – mãe, pai e a própria criança, que não teve por vezes oportunidade de apreender e quando os apanhamos, já na adolescência, há necessidade de fazer quase uma “reformatação”. Por outro lado nós técnicos, devemos ter algum cuidado ao trabalharmos com as famílias, centrarmos mais nas soluções e não tanto nos problemas. Por vezes estamos tão ansiosos em dar respostas, a nossa preocupação é dar respostas de imediato e não darmos resposta e resolver o problema - isso é um trabalho mais próximo e mais sistemático junto da família. Não podemos ir a casa só avaliar, o que traz consequências nefastas para o próprio trabalho - devíamos estar num processo de ajuda e somos vistos como processo de fiscalização, quando deveríamos era estar com as famílias.

Para além das competências pessoais, deveríamos trabalhar a comunicação na família: a família não sabe comunicar e muitos dos problemas são falta de comunicação - por isso surgem por vezes a violência doméstica, os maus tratos.

Por isso, outra das formas a trabalhar nestas áreas é fomentar a comunicação, dar aos pais ferramentas para eles aprenderem a falar com os filhos – através de treino de competências parentais, programas de formação parental e serem acompanhados de uma forma sistemática. Apesar de terem a formação em contexto grupal, importante para a criação de redes sociais, já que por vezes estas famílias não têm redes de suporte, será benéfico o acompanhamento em casa, prático e de aplicação, terminada a formação, mas só por um técnico. Nunca multiplicação de equipas. Acho que deveria haver equipas especializadas que trabalhassem estas medidas. Em vez de existirem várias equipas (RSI, Intervenção Precoce etc), haveria a figura do gestor da família - só aquela pessoa, que deveria gerir tudo daquela família, que interagia com ela. Claro que teria que ser um técnico que veja na família as suas capacidades para mudar.

Outra dificuldade será nós como técnicos, escutarmo-nos, para não entrarmos em processos de burnout, o que leva a não termos condições de ouvir as famílias.

Cada vez mais, as questões se prendem com os desafios complicados às famílias: a monoparentalidade, a homossexualidade, também os divórcios e reconstituição das famílias. Novos desafios como a adolescência, os consumos, a violência. Desafios que também se colocam às equipas para as entender e poder trabalhar com as famílias acerca delas.

(OD) – Já fomos caminhando no nosso Guião...E falámos já das dificuldades que se levantam, da intervenção que seria a ideal...o técnico como pivot da família junto dos outros técnicos.

(CV) – A intervenção e as necessidades que deve ser aquela que é percebida pela família e não pelo técnico. Acho também que este tipo de intervenção teria também impacto no nosso trabalho da CPCJ; quando se aplica uma MMNV – faz-se o diagnóstico, e para traçar a medida esse técnico também nos daria feedback e no final, avaliaria os parâmetros e se seria necessário continuar ou não com aquela medida.

Para isso, teríamos que ter um olhar de alguém, e a CPCJ ter um papel diferente

(OD) – No fundo um efeito de tipo puzzle - teríamos varias informações, vários campos, vários olhares e a CPCJ constrói o puzzle

(CV) – Sim, e a decisão seria muito mais fundamentada. Seria até uma forma de aumentar a qualidade das decisões e da aplicação da própria lei.

(OD) – Mas também naturalmente adequação à realidade; porque conhecendo melhor a família e havendo este trabalho de maior proximidade, melhor diagnóstico não só da problemática mas também das próprias capacidades da família.

(CV) – Na parte da execução da medida em si, ou reavaliação, deveriam entrar equipas especializadas

(OD) – Nesse sentido, que recursos é que considera mais importantes para se concretizar este trabalho junto das famílias, tendo em conta que em geral os recursos são escassos e em particular nesta área e nesta época?

(CV) – Sim, nesta época é o factor financeiro.

(OD) – Coloca-se agora a questão da avaliação. Na sua opinião, como é que acha que deveria ser feita a avaliação da forma como intervimos?

(CV) – Na avaliação dum projeto destes, por um lado teria que se criar instrumentos específicos, e por outro lado, deveria ser ao longo do tempo, permanente. Deve ser on going junto das famílias, mas também pela supervisão ou um avaliador externo. Para melhorar a intervenção, sempre na perspectiva de que a avaliação não deve ser punitiva

## Entrevista 2

(OD) – Boa tarde. Antes de mais gostaria de agradecer-lhe o facto de hoje se ter disponibilizado a colaborar neste meu estudo. Começo por fazer aqui um pequeno enquadramento, na linha do que já tínhamos conversado ao marcar esta entrevista, e dizer-lhe que tem a ver com o desenvolvimento de um projecto de acção que me estou a propor desenvolver no âmbito do Mestrado em Intervenção Psicossocial; esta parte final de mestrado trata de delinear uma tese ou um projecto, no qual eu apostei em reflectir e traçar algumas linhas orientadoras para este tema que designei “Crescer em família desafios à implementação de medidas em meio natural de vida”. No que diz respeito a esta fase de levantamento de necessidades da realidade que eu pretendo estudar que é o concelho de Seia, nomeadamente as famílias acompanhadas no âmbito da CPCJ de Seia, trata-se da fase de diagnóstico, metodologicamente falando. Para além de outros canais, entendi que também os elementos da CPCJ restrita que acompanham o processo de promoção e protecção serão informadores privilegiados no que diz respeito a este retrato, do que se pressupõe ser um retrato do que são ou o que é a protecção de crianças e jovens neste contexto da CPCJ de Seia.

Começaria por pedir a sua opinião relativamente àquilo que entende que sejam as virtualidades ou as principais virtualidades das medidas em meio natural de vida. Sendo uma das medidas que está tipificada na lei, sendo certo também que é estatisticamente a medida que é mais aplicada nas CPCJ, (na ordem do 80%) então nesse sentido perguntava-lhe se na sua opinião acha que há alguma virtualidade que possa ser assinalada?

(SA) – Relativamente à questão, penso que a mais valia nas medidas em meio natural de vida centra-se de facto em permitir intervir, mantendo a criança no seu núcleo familiar. São medidas que possibilitam o crescimento de uma aprendizagem em conjunto muito maior no seu sistema familiar. E quando se obtém sucesso no processo implica reduzir os efeitos adjacentes à intervenção. Portanto, o impacto na criança será essencialmente mais positivo com menos factores negativos, digamos assim. Também há uma menor tendência à discriminação, à estigmatização da família, da criança. Portanto, sempre que possível só traz benefícios.

(OD) – Portanto, é uma aposta digamos na família, nas suas capacidades?

(SA) – Sim, é realmente valorizar a família como unidade básica da sociedade. Favorece uma intervenção articulada entre os vários subsistemas, os vários

intervenientes associados ao menor, nomeadamente a educação, a saúde, os serviços comunitários em geral. E quando existe esta efectiva articulação também será eventualmente maior a probabilidade de sucesso. São medidas que privilegiam e protegem de facto o sistema familiar possibilitando a estruturação ou a reestruturação do mesmo, valoriza-se assim a família, penso que essencialmente são estes os aspectos que considero mais relevantes.

(OD) – Localizo aí a reestruturação não é? Os motivos da sinalização indicam que nem tudo estará bem naquela família não é, pelo menos à partida até ver o apuramento real da situação. Mas, de qualquer forma, nesta medida ainda assim, aposta-se na revitalização ou reestruturação como diz da dinâmica daquela família?

(SA) – Exacto, no fundo continuar a acreditar que a família tem todas as potencialidades, em que se calhar as grandes dificuldades das famílias é demonstrar essas potencialidades e nós como técnicos podemos intervir e dar o nosso melhor, vamos ajudá-los a desenvolver de acordo também com a sua cultura, porque é muito importante ter isso em consideração.

(OD) – Respeitá-la não é?

(SA) – Exacto

(OD) – Dado que falámos das virtualidades, e enfim na maioria das situações acontece o verso e o reverso, eu perguntava-lhe se acha que a aplicação destas medidas traz habitualmente algum tipo de dificuldades associadas. Sendo certo que é maioritariamente aplicada, será que a esta aplicação e em torno dela surgem algumas dificuldades para a sua plena efectivação?

(SA) – Sim, penso que terá efectivamente várias dificuldades que se prendem inicialmente pelo envolvimento da família, pela aderência àquilo que é o programa de intervenção, o que vai ser traçado, penso que será essa a fase inicial, desbloquear, sensibilizar a família e o sentido da importância de uma intervenção e por vezes a problemática surge logo de início, a família não se apercebe para ela não faz sentido qualquer tipo de intervenção ou alteração, porque está habituada a ter os seus hábitos, é uma questão cultural.

(OD) – É uma questão cultural em certos casos

(SA) – E da sua própria estrutura familiar, gerações, etc. Penso que é aí que se centra a maior dificuldade, depois também o poder avaliar a continuidade de implementação das medidas que foram traçadas, conseguir perceber se essas medidas estão efectivamente a surtir efeitos, se estão a ser aplicadas pela família, porque de facto nós não estamos no seio familiar não é, estamos por fora e vai uma distância muito grande, conseguir perceber se essa aplicabilidade está a ser efectiva e se está a ser um benefício para aquela família, ou se pelo contrário a família até nos está a mascarar uma realidade que não está a ser efectivada por todos os elementos da família.

(OD) – Porque a versão mais predominante é a da família e da parte do técnico que a acompanha como disse não há a possibilidade de estar vinte e quatro horas e naturalmente nos contextos das dinâmicas familiares.

(SA) – E ainda que nós possamos utilizar como recurso a observação directa, mas são momentos muito reduzidos que não retratam a realidade do que se passa no seio familiar. Penso que corremos um risco, pois entretanto aquela família, até porque já foi intervencionada e muitas vezes por vários técnicos, ela própria vai ganhando formas de defesa também de resistência aos técnicos e muitas vezes dizem-nos aquilo que o técnico quer ouvir, mas isso não é a realidade no terreno.

(OD) – Na sua opinião, então, pelo menos nalgumas das situações à para já essa resistência de que falou, mas também à alguma relação de desconfiança é, e de distanciamento das famílias para com aquilo que lhes é proposto pelos técnicos?

(SA) – Também e muitas vezes até uma atitude protectora da própria família, se a família não está verdadeiramente consciente das necessidades, das alterações que lhe estão a ser propostas, ela vai procurar proteger-se.

(OD) – Não percebendo que não haja... Há alguma dificuldade que queira assinalar mais?

(SA) – Penso que já estão as essenciais. Há realmente dificuldade em assegurar as responsabilidades parentais

(OD) – Globalmente falando?

(SA) – Sim, de forma geral

(OD) – Dado que de facto as famílias, como acabámos de ver essas dimensões várias, dispersas e difusas algumas delas, o que é que considera ser mais importante trabalhar nestas famílias ou com estas famílias, enquadrado neste campo que estamos a tratar, que são as medidas em meio natural de vida?

(SA) – Penso que seria realmente importante trabalhar, desenvolver um trabalho de proximidade, um trabalho relacional, um trabalho ao nível das emoções, ao nível dos afectos, trabalhando estas questões se conseguirmos esta proximidade com os elementos da família, se conseguirmos sensibilizá-los da importância, de pequenas mudanças ou de grandes mudanças, o trabalho a desenvolver vai ser muito mais efectivo, talvez a importância aí da formação e da educação parental.

(OD) – E de que forma é que é feito esse trabalho que considera importante como acabou de dizer, mas de que forma, de que maneira é que ele é desenvolvido junto das famílias? Neste momento estamos a falar da realidade existente.

(SA) – O trabalho é desenvolvido muito em articulação com os técnicos, com os serviços que estão no terreno e que podem ajudar a intervir em parceria, portanto apoiando e intervindo com essa família.

(OD) – E essa é a realidade actual, acha que há já esta efectividade de parcerias de forma a assegurar a efectividade desta medida?

(SA) – Penso que já existe, no entanto deverá ainda procurar que essas parcerias sejam mais efectivas, existe realmente mais proximidade entre os técnicos e mais envolvimento no trabalho em si. Falando até propriamente dos diagnósticos das famílias, troca de informações, maior partilha do trabalho que é desenvolvido.

(OD) – Portanto, já se faz essa partilha, e é dessa maneira que este trabalho é feito não é? Mas esta parceria é feita com base nestas informações que se calhar cada serviço tem, de forma segmentada e que a certa altura quando desafiado, ou quando é pedida essa parceria há uma partilha é? Ao nível das informações?

(SA) – Exacto. Ao nível das informações penso que já se vai desenvolvendo algum trabalho efectivamente no terreno, já existe articulação entre os técnicos no sentido de partilhar efectivamente métodos de trabalho, técnicas de trabalho, mas aí penso que ainda há um caminho a desenvolver.

(OD) – Então nessa medida, e de facto o caminho é longo, considera que há lugar à melhoria? Nesse sentido, que intervenção é que poderia ser o ideal ou aproximado do ideal?

(SA) – Penso que quando falamos de famílias será importante desenvolver sempre um modelo sistémicos e penso que hoje em dia já temos muito essa noção e os técnicos já estão familiarizados com essa importância, desenvolver todos os sistemas inerentes à criança quer a área da saúde, a educação, os serviços comunitários em geral. Será muito importante desenvolvermos mais a educação e a formação para uma parentalidade positiva, e isso trabalhar mais na proximidade com a família, na proximidade do seu lar, da sua casa, da sua realidade, do seu trabalho, um trabalho ao mesmo nível das famílias, porque penso que as famílias ainda vêem muitas vezes os serviços ao nível superior, e isso dificulta a proximidade e dificulta o trabalho.

(OD) – Essa tal desconfiança que falávamos há pouco?

(SA) – Exacto, e será um percurso que ainda temos que fazer de maior integração e uma maior interactividade dos técnicos com os elementos da família. Ganhando essa confiança, ganhando uma relação de mais segurança para a família, perceber que os técnicos estão efectivamente para ajudar, vai ser um grande passo, porque penso que vários problemas poderão ter soluções mais eficazes, mais rápidas, se existir uma confiança, à partida é mais fácil a negociação com as famílias e a aplicação das medidas...

(OD) – Sentem-se parte de um processo?

(SA) – Exacto, com maior envolvimento é mais fácil obter resultados positivos.

(OD) – Já que falou em resultados, e nesse sentido e na medida do que considera que seria o caminhar para uma intervenção ideal, que impactos é que entende que, trabalhando dessa maneira que acabou de descrever, que impactos é que poderíamos também ter ganho ao nível das várias fases do processo de promoção e protecção?

(SA) – Portanto, se for realmente um trabalho articulado facilita as várias fases do processo e houve um diagnóstico, desde a implementação inicial das medidas, o desenvolvimento das medidas em fase de avaliação, se houver esta efectiva articulação, esta efectiva proximidade à família, a própria família e os próprios elementos da família vão ser extremamente importantes no próprio processo de avaliação, tudo vai ser negociado, existe uma partilha sistémica e contínua e eles

próprios se vão auto-regulando e auto-avaliando e acho que esses são os ganhos que se poderão obter com este tipo de intervenção.

(OD) – Como todos os projectos, como todos os ideais serão mais ou menos exequíveis mediante também os recursos que tenhamos disponíveis. No seu entender que tipo de recursos seria importante ganhar para esta intervenção?

(SA) – Essencialmente a 2 níveis: por um lado, recursos human factor esses técnicos devidamente especializados, se possível com uma formação de base que permitisse homogeneizar as formas de intervenção e o acompanhamento das famílias e por outro lado é óbvio, recursos físicos para se poder lidar com as famílias.

(OD) - Falou dos recursos humanos; o factor essencial, para além da quantidade, também a qualificação da sua actuação.

(SA) - Exacto e a disponibilidade dos técnicos, um envolvimento mais efectivo – o tempo. Sabemos que existem serviços em que os técnicos estão a tempo parcial, e isso traz algumas limitações no próprio trabalho desenvolvido.

(OD) – Ao implementarmos este tipo de intervenção no sentido da melhoria, tem noção dos obstáculos que porventura poderemos encontrar?

(SA) – Sim algo que já referi anteriormente. Talvez esta fase inicial de lidar com a família, envolve-la no processo, faze-la perceber da importância de por exemplo frequentar um programa de formação parental, convence-la que é uma mais valia participar. Penso que esta será a fase mais difícil, porque a partir do momento que a família “apanha o comboio, o comboio vai andando”, digamos assim, e as coisas vão correndo.

(OD) – Portanto, no fundo, apanharmos todos o mesmo comboio! Falámos há pouco sobre a avaliação – quando pretendemos implementar um outro modelo, testá-lo, como deveremos fazer essa avaliação?

(SA) - O ideal será uma avaliação contínua, uma avaliação sistemática; e pegando no que dizíamos ainda há pouco – se houver o efectivo envolvimento da família no próprio processo que está a decorrer, a própria família vai-nos ajudar a avaliar os critérios que foram delineados e estruturados à partida quando se elaborou um projecto de intervenção estruturado a pensar naquela família. Podemos ter bases de

orientação, mas penso que será importante focarmos sempre nas características daquele família e adaptar às suas características.

(OD) - No que diz respeito ao traçar de objectivos, não é?

(SA) - Exactamente. Para delinear também no início desse programa de intervenção um conjunto de critérios que poderão também ser negociados com a família, que ao longo do decorrer desse processo se possam ir avaliando em conjunto com a família, envolvê-la no próprio processo de avaliação e isso torná-lo-á mais efectivo, a própria família terá um reforço positivo ao alcançar conquistas. É um processo de conquistas. Podemos usar o exemplo de Maslow, uma pirâmide onde vamos chegar ao topo e a família tem a noção que vai superando determinados degraus.

(OD) - Portanto do mais básico ao mais desafiador.

(SA) - Exactamente e penso que eles próprios serão importantes neste processo de monitorização ao longo do próprio processo. Obviamente que teremos de delinear critérios específicos, consoante os momentos de avaliação.

(OD) - Muito bem. Está dado o seu contributo e mais uma vez lhe agradeço a sua participação.

### Entrevista 3

OD - Boa tarde. No seguimento do que já tínhamos conversado, e desde já agradeço a disponibilidade para colaborar neste estudo, esta entrevista é feita no âmbito do mestrado que me encontro a concluir Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens. Neste item, trata-se de enquadrar metodologicamente o diagnóstico da realidade que diz respeito á protecção de crianças e jovens, nomeadamente no âmbito mais específico do tema que proponho abordar neste estudo ou seja os desafios á implementação de medidas em meio natural de vida. Os técnicos da comissão restrita da CPCJ, como pessoas que tratam directamente dos processos de promoção e protecção e do acompanhamento às famílias, foram entendidos como informadores privilegiados e, como tal, pedi para colaborar nesta fase de metodologia do diagnóstico da nossa realidade concelhia e então eu começava por pedir a sua opinião relativamente ao que pensa que serão as virtualidades das medidas que são tipificadas na lei, medidas em meio natural de vida, no âmbito das medidas de promoção e protecção de crianças e jovens

AF – A meu ver, a virtude fundamental das medidas em meio natural de vida é apoiar as crianças em risco de modo a evitar que sejam retiradas do seio familiar, e acho que isso é fundamental.

OD – Uma grande virtualidade, reconhecendo algumas virtualidades também e algumas capacidades e competências á família biológica não é?

AF – Sim, sim.

OD – Sendo certo que é uma medida prevista na lei e aplicada com grande incidência quer na CPCJ de Seia quer a nível mais geral das comissões de protecção, entende que actualmente se levantam algumas dificuldades para a sua implementação, que considere de realce?

AF – Neste momento eu que estou cá há pouco tempo, acho que falta tempo dos técnicos para apoiar; será esta uma das dificuldades.

OD – Pronto, o factor tempo.

AF – Sim.

OD – Era preciso fazer e com tempo.

AF – Sim

OD – Muito bem, então e nesse âmbito e nesse contexto e já chegamos á conclusão que se houvesse mais tempo mais se poderia fazer neste campo do acompanhamento ás crianças e ás famílias, mas mesmo assim o que considera ser mais importante trabalhar nas famílias onde estão as crianças e jovens e tendo como pano de fundo a implementação das medidas em meio de natural de vida, o que será mais importante?

AF – Eu acho que as competências parentais, familiares e pessoais também; como aquele ditado que diz não dar o peixe, ensinar a pescar, acho que também isso é fundamental porque se a gente também fizer tudo por elas depois quando as deixamos de apoiar isso vai voltar ao mesmo e assim ajudar a que elas ganhem competências para que corra tudo bem e que as crianças não tenham que ser retiradas.

OD – Muito bem...semear para depois ser colhido, em termos da segurança e da protecção das crianças e jovens. E de que forma é que esse trabalho é feito neste momento da implementação da medida?

AF – É feito num acordo de promoção e protecção onde são descritos os deveres de cada parte, o que compete aos pais, às crianças, aos técnicos que estão a acompanhar; visitas domiciliárias, que são feitas esporadicamente, pedirem informações á escola e outras entidades que possam ser relevantes para o caso.

OD – É então a descrição de alguns dos vários passos para se aplicar e acompanhar a implementação destas medidas. Mas, e partindo do campo já do que seria o ideal e sempre no sentido da melhoria, o que é que a seu ver, seria a intervenção mais ideal?

AF – Existir uma equipa para trabalhar no terreno diariamente se possível, onde prestassem um apoio intensivo, individualizado e imediato que, por vezes por falta de tempo, também se vai acumulando, vai-se deixando e depois, só passado um tempo é que se calhar aí as coisas já estão piores; se for de imediato, poderá haver resultados diferentes e onde se fizesse o tal acompanhamento até o acompanhamento em consultas e até marcações de consultas para as crianças, para os pais, talvez um sítio onde as crianças pudessem ter o apoio escolar, formações parentais aos pais, a ajuda da procura de emprego se estiverem desempregados; pronto, seria uma equipa que estaria diariamente com essas famílias, não para sempre, mas estipular um prazo e estipular também objectivos e ajudar essas famílias.

OD – Nessa medida e com esse teor da intervenção que na sua opinião seria ideal, que impactos é que essa intervenção, sendo diferente da que hoje se faz ou se consegue fazer, que impactos é que entende que teria também do ponto de vista da gestão processual digamos assim, dos processos que correm na CPCJ; o facto de haver essa intervenção diferente, ideal, que impactos é que poderia ter ao longo do acompanhamento nas várias fases do processo?

AF – Penso que poderia resultar numa mudança dos comportamentos de risco a curto prazo, e mais rapidamente se mudariam esses comportamentos.

OD – No campo da intervenção desejável e para que houvesse de facto esta mudança, que recursos é que considera importante ter e que à partida não se terá neste momento?

AF – Uma equipa a tempo inteiro, contactos com varias entidades da localidade.

OD – As parcerias, portanto?

AF – Sim, o Centro Saúde, centros de estudo para apoio nos trabalhos de casa, Casa Povo, por exemplo, o RSI que também é importante, o CLDS e falando já na nossa realidade concreta.

OD - Falando portanto da realidade que temos e dos recursos de que dispomos; e que, portanto, na sua opinião, ainda via lugar à sua rentabilização?

AF - Sim

OD - Por outro lado, considera que haveria obstáculos a esse tipo de intervenção que referiu há pouco como ideal, mais intensiva e imediata?

AF - Poderá não haver recursos para ter uma equipa a tempo inteiro; acho que esse será o grande obstáculo.

OD – Portanto, falta de recursos humanos, essencialmente?

AF - Sim

OD – Agora introduzi aqui a questão da avaliação, ou seja, para conseguirmos modificar no sentido da melhoria, há que avaliar o que fazemos – na sua opinião como é que deveria ser feita a avaliação de um projecto dessa natureza? Porque de facto conhecemos o que se faz neste momento, mas tendo em conta que essa intervenção

será uma realidade, não virtual, mas pelo menos de alguma maneira não tão conhecida, desse projecto ideal de ter esse carácter mais próximo das famílias, como é que acha, que se poderia ou deveria avaliar esse tipo de intervenção?

AF – De forma a verificar mudanças e se os comportamentos de risco pelos quais foram sinalizados ainda se mantêm ou não. Talvez passar algum teste específico e entrevistas no início e no fim, para avaliar com eles o que eles dizem, se para eles também mudou ou não.

OD – Muito bem. Estamos a terminar, agradeço o seu contributo e a sua disponibilidade

#### Entrevista 4

(OD) – Boa tarde, obrigada por ter aceite este meu desafio e proposta de contribuir para o desenvolvimento deste projecto, no qual me encontro na fase final, ou seja, proposta de um Projecto de Acção, sobre a temática e designação “Crescer em família, desafios à Implementação de Medidas em Meio Natural de Vida”.

Como já tínhamos combinado, há aqui algumas questões que vão guiar a nossa conversa.

Metodologicamente falando, encontro-me na fase de diagnóstico, levantamento de necessidades e caracterização da realidade em que pretendo intervir, que é o concelho de Seia, nomeadamente as famílias e crianças acompanhadas na CPCJ de Seia, e especificamente com medidas em meio natural de vida. E sendo assim e porque também sou parte activa nestas questões, e posição observante mas também participante, entendi tratar este tema até pelo desafio que coloca a a intervenção; estatisticamente as MMNV são 90% das medidas.

Começava por pedir a sua opinião em relação a esta medida prevista na lei, MMNV – tem ao seu redor algumas virtualidades que lhe ocorra assinalar?

(AF) – Acho que a principal virtualidade é manter a criança ou o jovem no seio da sua própria família onde existem laços de afecto, apesar das disfunções que a família possa ter.

(OD) – Portanto é uma aposta que se faz à família de origem ou à família biológica.

(AF) – Sim, promover as competências e os afectos.

(OD) -Mas naturalmente e dada a grande incidência de aplicação dessas medidas, considera que há dificuldades actuais na aplicação dessas medidas? Sendo certo que são altamente favoráveis, como acabamos de ver, a sua implementação traz algum tipo de dificuldades acrescidas ou não?

(AF) – Sim, por vezes surgem dúvidas na aplicação desta medida. Haverá casos em que surge o dilema de qual será o melhor caminho, qual é o melhor para o desenvolvimento integral e o real interesse da criança. Outra dificuldade que eu vejo é também quando a medida é aplicada; não existem condições para o acompanhamento e o trabalho mais sistemático com as famílias.

(OD) - O que é que considera ser mais importante nesse trabalho com as famílias?

(AF) – Eu acho que é o desenvolvimento das potencialidades das famílias. Há que realçar os aspectos positivos e sermos os promotores e os parceiros para o crescimento global das famílias, mesmo que este processo seja moroso, às vezes subindo degraus outras descendo, o importante é que as famílias se sintam como membros importantes na sociedade e tenham estímulos para progredirem e para mudar. Ou seja, estimulando as potencialidades das famílias, que todas têm.

(OD) – De que forma é que esse trabalho é feito; embora difícil, como acabamos de ver, como é que é feito?

(AF) – Reconhecemos que falta por vezes a negociação com a família, o verdadeiro trabalho no sentido do que é que a família pensa. Colocamo-nos na condição de técnicos, somos nós que conduzimos os processos e as medidas num determinado sentido. O seguimento dos processos inclui visitas domiciliárias, mas que, por serem breves, são apenas flashes da vida familiar. Recolhe-se também a informação junto de várias instituições ou equipas existentes no terreno que nos ajudam a conhecer os vários aspectos ligados à vida familiar, nomeadamente percurso escolar, etc.

(OD) – Existe então esta acção das instituições interlocutoras relativamente à colaboração, nas informações.

Já caracterizamos aqui o que se faz, de que forma é que é feito, mas na sua opinião, que tipo de intervenção é que seria a ideal?

(AF) – Eu acho que o ideal seria a existência de equipas multidisciplinares, vocacionadas e a trabalhar a tempo inteiro no acompanhamento das famílias, no sentido de serem promotoras para a mudança. Seria também importante o trabalho para o desenvolvimento das competências parentais ao nível nomeadamente dos aspectos práticos do dia-a-dia, do saber fazer, da importância de impor regras às crianças e jovens sem esquecer os afectos, e também o desenvolvimento para a educação para a cidadania, as pessoas sentirem-se elementos uteis da sociedade, nomeadamente a nível do mercado de trabalho.

(OD) – Seria então uma intervenção multidimensional. Tendo em conta isso, que de facto se considera que apesar de se fazer assim, haverá ainda lugar a melhoria, uma intervenção que seria a ideal, que tipo de impactos que essa intervenção teria nas varias fases, nomeadamente do seguimento e no acompanhamento do Processo de Promoção e Protecção?

(AF) – Seria uma mudança positiva a vários níveis no seio dessas famílias, que poderia até resolver os problemas pelos quais a família é sinalizada.

(OD) – Com base no investimento maior de recursos humanos nessas famílias, num trabalho feito mais sistematicamente

Sendo assim, que recursos é que considera mais importantes para se concretizar este trabalho junto das famílias?

(AF) – Seria a formação dessas equipas multidisciplinares, como já referi, mas também aproveitar os recursos já existentes ao nível da comunidade para além da possibilidade do envolvimento de pessoas que as famílias considerem como pessoas de sua referência.

(OD) – Dos pares, de modelos?

(AF) – Sim de pessoas de que elas se sintam mais próximas, da sua rede social.

(OD) – Dado que falamos de recursos que consideramos importantes, também perguntar-lhe a sua opinião se, no caminho a seguir para a implementação de um projecto para a intervenção ideal, poderíamos encontrar alguns obstáculos?

(AF) – A tal falta de recursos, sempre falada, e também a falta de motivação da comunidade local e a resistência à mudança quer da comunidade local quer da própria família. A mudança é complicada.

(OD) – Coloca-se agora a questão da avaliação. Na sua opinião, como é que acha que deveria ser feita a avaliação da forma como intervimos no sentido de observarmos, no sentido de ver se de facto este caminho diferente com as famílias, que nós idealizamos, teria impactos diferentes?

(AF) – A avaliação dos projectos será feita pela análise dos objectivos propostos, mas eu acho que deveríamos envolver as famílias nessa avaliação e também na definição das próprias metas a atingir.

(OD) – No sentido de termos alguma base de medição?

(AF) – Sim, mas também de as famílias participarem nos objectivos e metas que elas podem atingir.

(OD) - Nesse sentido, empoderar as famílias, reforçar a negociação e elas assumirem as acções a que se propõem, mas também nesta fase de avaliar se aquilo que fazemos pode ser adequado, ter o envolvimento directo das famílias.

Resta-me então agradecer a sua colaboração. Muito obrigada!

## Entrevista 5

(OD) - Então boa tarde, obrigado por ter aceite esta minha proposta e este pedido para colaborar no estudo que estou a desenvolver no âmbito do mestrado Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, em que me propus desenvolver um projecto de acção ao qual designei “Crescer em Família - desafios à implementação de medidas em meio natural de vida”. Surgiu com base naquilo que pessoalmente e através das equipas a que pertenço, nomeadamente a equipa da CPCJ de Seia, nos desafios que no dia-a-dia se colocam, sobretudo em relação às medidas em meio natural de vida. Cerca de 83% das medidas que são aplicadas, são medidas em meio natural de vida, quer na CPCJ de Seia quer em termos gerais do país, com base no relatório da comissão nacional.

Tendo esta incidência em termos estatísticos, a reflexão que eu fiz é que talvez haja aqui algum caminho para qualificar da parte da intervenção, portanto das CPCJ, aplicadoras de medidas de promoção, talvez tentar qualificar e coordenar, no fundo estruturar de outra maneira as medidas em meio natural de vida. Como tal, para além da parte da pesquisa documental, o enquadramento teórico, é desta parte prática que se considera que tem de haver um levantamento de dados ou seja, fazer um diagnóstico da realidade concelhia. Para além do método, digamos assim da observação participante, porque eu própria comungo e faço parte desta equipa de trabalho, entendi fazer esta entrevista dirigida aos técnicos, colegas que estão na CPCJ restrita, que acompanham de perto e muito aturadamente os processos de promoção e protecção, pois seriam informadores privilegiados para este diagnóstico; de outra maneira, ficaria incompleto. Em função disso é que convidei os colegas para participarem neste estudo partilhando aqui também, reflectindo em conjunto algumas questões que me pareceu oportuno colocar. Pronto, e desde logo e considerando sempre o campo da aplicação das medidas em meio natural de vida pergunto-lhe, se há e quais são as principais virtualidades da aplicabilidade desta medida em meio natural de vida?

(CR) – As medidas em meio natural de vida é aquilo que nós temos sempre por base e devemos privilegiar na nossa actuação, pensando que é uma criança, para o interesse da criança e portanto a institucionalização é sempre um último recurso. Aquilo que me parece e já trabalho há alguns anos em várias comissões de protecção de menores, é que apostamos pouco na prevenção, e portanto quando os casos nos chegam, se já os tivéssemos trabalhado um bocadinho melhor na prevenção, já conheceríamos

melhor as famílias, e se calhar elas também estariam mais receptivas às acções que nós lhe propomos. O que é facto é que também nós não lhe propomos grandes coisas.

(OD) – Estamos aí então a falar, e era a segunda questão que eu lhe ia colocar, é se entende que há dificuldades actuais para a implementação dessas medidas?

(CR) – Uma das dificuldades é que nós próprios não conhecemos bem as famílias, temos alguma ideia de alguns programas noutras equipas que estão a ser desenvolvidos no terreno, como é o caso da educação parental ou formação parental, mas que ainda estão a ser dados os primeiros passos, ou seja nós ao encaminharmos uma família para o curso de educação parental, para aumentar as qualidades de relações entre crianças e pais, devíamos previamente conhecer um bocadinho mais, porque nós temos por cá determinados programas que funcionam com umas famílias e com outras não; depende muito do diagnóstico das famílias.

(OD) – E daí a aplicação da medida por vezes não ser exactamente aqui adequada

(CR) – Nós aí podemos aplicar a medida, há famílias que cumprem, mas sabemos que não resultou. Mas, se conhecêssemos melhor as famílias, haveria a escolha dos grupos, haveria uma preparação antes para a educação parental, por exemplo.

(OD) – Falamos da formação parental?

(CR) – Sim, que no fundo é bom para todas as famílias, não só as famílias que acompanhamos na CPCJ mas para a maioria das famílias.

(OD) – Portanto se é válido que nas famílias, enfim vamos falar assim ditas normais, que há lugar ainda à aprendizagem, também é aplicável às famílias de risco, e nomeadamente as que estão sinalizadas na CPCJ; que a formação parental contribui ou pode contribuir para que essas competências ao nível da protecção, venham a ser adquiridas por essas famílias?

(CR) – Sim, sim.

(OD) – E, o que quis dizer que não conhecemos as famílias para talharmos também “à medida”?

(CR) – “à medida” exactamente, porque às vezes, “metemos tudo no mesmo saco” e depois com a prática vemos que os níveis, os patamares das famílias são diferentes.

(OD) – Então nessa medida o que é que considera ser mais importante trabalhar nessas famílias?

(CR) – Eu continuo a achar que devemos apostar muito na prevenção. Pronto, porque ao trabalharmos na prevenção, conhecemos melhor o território onde estamos, as famílias que temos, os problemas das crianças, dos jovens e podemos delinear, talvez melhor, as respostas.

(OD) – E segundo percebi, também neste campo da educação parental?

(CR) – Sim, eu acho que se tem sempre de ir por aí.

(OD) – E de que forma é que esse trabalho é feito?

(CR) – Agora, ainda está a ser, por aquilo que eu conheço muito pontual, há equipas locais no terreno que desenvolvem grupos.

(OD) – Grupos na educação parental no fundo num contexto formal, digamos assim?

(CR) – Formal, exactamente, e essencialmente para famílias de risco, é aquilo que eu conheço mas por exemplo, se fosse alargado pelo universo em que a educação parental fosse algo natural, que existisse numa escola, numa junta de freguesia ou num jardim-de-infância em que fosse promovido para pais, através das associações de pais, as próprias famílias também já estariam mais receptivas a frequentar estas acções e se calhar não veriam tanto como uma imposição.

(OD) – Então uma das dificuldades também será essa, o entendimento que as famílias têm que destas medidas, que não as entendem como sendo de valorização pessoal?

Falámos de facto deste retrato, do que é a intervenção no mundo actual e aquilo que é possível fazer e como fazemos, mas se pudéssemos idealizar, digamos assim, será que havia aqui algum tipo de intervenção que elegeisse como ideal, neste campo de implementação das medidas em meio natural de vida?

(CR) – É algo dentro deste caminho de educação parental, mas mais generalizada na comunidade e que as famílias aderissem mais. E nós próprios também, se tivéssemos mais formação, mais conhecimentos sobre estes projectos, estes programas.

(OD) – Já é outra componente da formação dos técnicos, não é?

(CR) – É, nós também temos pouca formação, e há muitos programas que nós nem temos conhecimento e que funcionam; por exemplo o caso da violência doméstica, nós sabemos que não é específico do extrato social mais baixo, portanto atinge todos os estratos. E nos estratos mais altos, a nível destes grupos de educação parental aquilo que por vezes se denota é que há resistência das pessoas em serem inseridas num grupo destes. Então já há programas a nível informático que têm várias situações, problemas diários que acontecem com os filhos e o pai ou a mãe ao fazer esse jogo interactivo, aprende através de uma nova metodologia, e nós não conhecemos muitas destas práticas.

(OD) – E acha que deveríamos apostar na inovação e nesses caminhos?

(CR) – Algo que é mesmo importante, é a inovação fazer parte da nossa prática diária.

(OD) – E isso teria então os seus impactos, porque estamos aqui num contexto de CPCJ e de acompanhamento de processos de promoção e protecção, isso então teria impactos no próprio seguimento dos processos de promoção?

(CR) – Eu penso que sim, eu penso que sim.

(OD) – A que níveis?

(CR) – Por exemplo, no caso da violência doméstica que ultimamente chegam-nos várias sinalizações, por vezes de pessoas de estratos sociais mais altos e que falar a estas pessoas se calhar em educação parental, tem-se aquela ideia de que “eu já sei tudo e não preciso”; não é bem assim, não é isso que nós nos apercebemos e se fizermos passar essa mensagem ao outro, se calhar conseguimos intervir e encaminhar as famílias para algo deste tipo e a médio e a longo prazo veríamos resultados, porque há sempre aprendizagens; acho que não podemos dizer que uma determinada família frequentou um curso de educação parental e não ficou nada, aumentou a qualidade das relações da família, de certeza.

(OD) – Portanto algumas competências foram adquiridas ou melhoradas?

(CR) – E todos aprendem com todos, isso acho que é bom.

(OD) – Portanto técnicos e destinatários é isso?

(CR) – Sim, sim.

(OD) – Portanto acha que esta intervenção ideal ou nova, que poderia caminhar para aí, haver uma interacção mais próxima?

(CR) – E se calhar com estas acções em rede, que podem ser desenvolvidas nas escolas, nas juntas de freguesia e noutros equipamentos, se calhar ter-se-ia outro tipo de resultados e temos que apostar é nas famílias para aumentar as competências.

(OD) – E neste campo da organização de grupos, aos quais se leva alguma formação parental, mas em contexto formal?

(CR) – Há várias formas de abordar estas temáticas e, normalmente, cada sessão tem um tema; poderia ser organizado por uma associação de pais numa escola por exemplo, chamar os pais à escola.

(OD) – E os serviços irem à família, considera viável ou não?

(CR) – Penso que com a organização em grupos, se melhoraria a interacção com outros.

(OD) – Então nessa medida e descrevendo enfim aquilo que considera ser esta intervenção diferente ou aproximada do ideal, há alguns recursos que entenda que seriam mais pertinentes reunir para que se conseguisse atingir essa intervenção e poder ser melhorada?

(CR) – Se calhar os recursos, se os procurarmos bem na comunidade até conseguimos dinamizá-los; falta algo ou alguém que dê o impulso a estas ideias, e que faça a ligação entre os vários serviços

(OD) – Portanto, ainda há lugar para a rentabilização dos recursos?

(CR) – Sim, penso que sim

(OD) – Muito bem, e obstáculos será que nos iriam surgir se quiséssemos outro modelo de intervenção diferente?

(CR) – Obstáculos, temos sempre que contar com eles, mas se o objectivo primordial são as famílias e aumentar a qualidade das relações entre os elementos da família, se cativarmos por esse lado as famílias temos meio caminho andado

(OD) – Então essa nota de cativar as famílias é importante neste tipo de intervenção?

(CR) – Exactamente, o que poderá resultar com umas, poderá não resultar com outras, é esse diagnóstico das famílias que muitas vezes também nos falta.

(OD) – Pronto, e para finalizar. Ao queremos fazer diferente, em que medida é que poderíamos avaliar se aquilo que, sendo diferente, queremos tornar exequível, se está ou não está a ter efeitos?

(CR) – Eu acho que nesse contexto de avaliações devemos ter sempre por base a parte da investigação numa universidade, algo de supervisão, para não irmos por caminhos movediços. Pronto que também é essa parte que nos falta.

(OD) – Medir não é?

(CR) – Exactamente, e sabemos que no caso da educação parental, temos alguns indicadores no inicio do acompanhamento das famílias e muitas vezes só passado um ou dois anos é que se volta a estar com essas famílias, há por exemplo programas de continuidade consoante as idades das crianças e que apanhámos novamente essas famílias com idades diferentes das crianças e já se poderá, com base nos mesmos indicadores aferir se houve alguma evolução, como é que está o nível das dinâmicas familiares.

(OD) – Muito bem, resta-me agradecer esta colaboração.

## Entrevista 6

(OD) – Boa tarde, obrigada por ter aceite este meu desafio e proposta de contribuir para o desenvolvimento deste projecto, no qual me encontro na fase final, ou seja, proposta de um Projecto de Acção, sobre a temática e designação “Crescer em família, desafios à Implementação de Medidas em Meio Natural de Vida”.

Como já tínhamos combinado, há aqui algumas questões que vão guiar a nossa conversa.

Metodologicamente falando, encontro-me na fase de diagnóstico, levantamento de necessidades e caracterização da realidade em que pretendo intervir, que é o concelho de Seia, nomeadamente as famílias e crianças acompanhadas na CPCJ de Seia, e especificamente com medidas em meio natural de vida. E sendo assim e porque também sou parte activa nestas questões, e posição observante mas também participante, entendi tratar este tema até pelo desafio que coloca à intervenção;

Começava por pedir a sua opinião em relação a esta medida prevista na lei, MMNV – tem ao seu redor algumas virtualidades que lhe ocorra assinalar?

(GP) – Na minha opinião, são as medidas que penso que penalizam menos as crianças em risco, que chegam as comissões. Tudo o que possa ser feito no meio, será sempre melhor que outra medida que traga consequências menos desejáveis para as crianças e para os próprios progenitores; Intervir com as famílias é sempre desejável. Tenho experiência de comissão, não estranho que os técnicos optem, em 90% dos casos, por este tipo de medidas

(OD) - Para além do que é a própria orientação da lei, começarmos pelas medidas menos penalizantes, tem efeitos positivos na vivência das crianças nas famílias?

(GP) - Eu acho que sim, que tem, o que acontece e que se calhar em todo o processo há necessidade de se ir reformulando mais vezes e estas medidas favorecem o acompanhamento por parte dos técnicos, nele verificamos por vezes que se uma ou outra orientação não está a ser cumprida, temos a possibilidade de chamar as famílias, de ser visto e procuramos saber porquê, reformular; no fundo, obriga a que as comissões estejam mais próximas das famílias, é um facto.

(OD) - E isso por si, levanta algumas dificuldades à implementação dessas medidas? Sendo certo que são altamente favoráveis, como acabamos de ver, a sua implementação traz algum tipo de dificuldades acrescidas ou não?

(GP) - Traz sim, algum tipo de dificuldades. O facto de os técnicos terem que “controlar”, acompanhar mais, exige uma maior disponibilidade, que não existe. Era desejável que os técnicos tivessem essa disponibilidade, que não existe e eu fui sempre dessa opinião; Que as comissões deveriam ter pessoal a tempo inteiro, para acompanhamento dos processos. Ou se faz, ou não se faz! A minha experiência, um dia inteiro na CPCJ não chegava; gostava de ir as famílias e ficava com a sensação de que deveríamos ter feito sempre mais. Portanto deveria haver mais disponibilidade. De

facto, fica tudo negociado, registado no APP, mas era preciso acompanhar porque há um sinal, aqui e ali de que não há cumprimento e havia necessidade de reformular, e reformula-se, mas por vezes leva algum tempo e leva tempo a fazê-lo...

(OD) - ...algum tempo que não se tem!

(GP) - Exacto.

(OD) - Tendo em conta essa intervenção multifacetada com as famílias, o que é que considera mais importante trabalhar com as famílias?

Tendo em conta, como já vimos que há aqui esta ambivalência – o tempo é pouco, as famílias também são diferentes umas das outras, mas assim em termos mais abrangentes, o que é que na sua opinião se deveria incidir mais?

(GP) - A questão da Educação Parental é fundamental; A maior parte destas famílias não tem recursos individuais, características pessoais e mesmo em termos de formação, para poder lidar com as dificuldades, e por vezes incorrem em determinado tipo de comportamentos que não são legítimos ou minimamente adequados e outros até punidos por lei, como os maus tratos. Passa muito por aí. Fruto da experiência, deparamo-nos com famílias pobres nesse sentido, desses recursos individuais. A certa altura sentíamos que as pessoas, as famílias não fazem diferente, porque também não sabem. E portanto a Educação Parental, até porque tive a feliz experiência de ter estado num curso, receber a formação e depois implementá-la, eu acho uma experiência extremamente positiva, tanto para os técnicos como para as famílias, principalmente para estas, que é nelas que vamos ver as diferenças no comportamento. Agora o que eu acho que falha é ao nível dos follow-up. Enquanto o programa esta a decorrer, vêem-se resultados – os pais vêem mudanças também nos filhos e percebem que aquilo tem efeitos positivos, que as estratégias e as regras que estão ali a aprender têm resultados...Agora o que acontece é que se não há um lembrar, vai-se perdendo, vamos esquecendo. Há algumas técnicas, por exemplo como lidar com as birras, mas vai-se perdendo, e à medida que nos distanciamos no tempo, vai-se esquecendo. Portanto, o fazer encontros de pais, a necessidade de alguma supervisão. Depois, em termos do que é mais importante, também as equipas que seria desejável existirem no terreno, equipas do apoio domiciliário.

(OD) - Estamos neste domínio de perspectivar o que é importante. Pela sua experiência do que é aplicar as estratégias de um programa de educação parental em contexto formal, mas o que está agora a referir é aquilo que na sua opinião seria desejável...

(GP) - Sim, acho que seria desejável continuar com os programas de formação parental, mas também os técnicos fazerem a continuidade no domicílio, e poder ter a duração necessária para poderem as famílias adquirir as competências.

(OD) - Quais os impactos que essa intervenção teria no acompanhamento do Processo de Promoção e Protecção?

(GP) - As famílias não nascem ensinadas, e o que aprendemos ao longo da vida, nem sempre aprendemos com as melhores pessoas; por isso, se pudermos ter oportunidade de aprender formas adequadas de lidar, de estar...

(OD) – É então uma questão também cultural...repete-se o que se aprendeu...

(GP) - Sim, repete porque não aprendeu de outra maneira. Mesmo aquelas pessoas que decidiram ir mais além; Mesmo assim, sabemos que pessoas que têm um nível de educação formal, mas mantêm atitudes e comportamentos menos adequados. Penso que o impacto seria a redução do número de processos.

(OD) - E relativamente à segurança das várias fases, desde o diagnóstico e a proposta e aceitação da medida, havendo esta proximidade e vivência do que é a dinâmica das famílias, conhecendo a sua vivência e rede social de apoio, poderia haver maior celeridade e segurança na gestão do processo ou seja, fazer mais e com maior rigor?

(GP) – Penso que sim, seguramente até porque uma intervenção mais próxima das famílias, torna-se muito mais eficaz; traz forçosamente mais informação e mais directa, não é só o “disse que”, mas o testemunhar, o participar...

(OD) – Que recursos é que considera mais importantes para se concretizar este trabalho junto das famílias?

(GP) – Por exemplo, esta questão do Voluntariado; voluntários e pessoas que estão reformadas poderiam, com formação, serem como que “avós”.

(OD) - Servirem portanto de referencia.

(GP) – Sim e minimizaria a dificuldade actual de recrutar recursos humanos;

(OD) - Face às dificuldades, o aumento dos recursos humanos não seria fácil; mas localmente, ainda será possível rentabilizar a rede de instituições de cariz social?

(GP) – Penso que também estas lidam com falta de técnicos.

(OD) - Se houvesse uma rede efectiva trabalho com a família, e as famílias são de todos os serviços, havendo então esta rede, acha que talvez haja ainda lugar á rentabilização do que fazemos e dos recursos que temos?

(GP) – Sim, concerteza.

(OD) - Há algum obstáculo que entenda assinalar que pudesse surgir com este tipo de intervenção mais próximo das famílias?

(GP) – Tem que haver técnicos que constituam as equipas, e esse seria logo uma dificuldade.

Por outro lado, na perspectiva das famílias, teria que haver um certo cuidado como fazer, não invadindo a sua privacidade. Teriam que ser logo informadas e ser dada grande importância à selecção do técnico, sua formação e outros aspectos, como as características pessoais. Ou seja, o perfil do técnico é fundamental; em situações onde se vai encontrar factores que por vezes chocam, tem que haver um cuidado especial na selecção destes técnicos.

(OD) – Coloca-se agora a questão da avaliação. Na sua opinião, como é que acha que deveria ser feita a avaliação da forma como intervimos?

(GP) – A duração das medidas em meio natural de vida, sendo curta, poderemos por exemplo estabelecer um cronograma e fazer avaliação intermédia e traçar objectivos. E as equipas devem, não só acompanhar, mas estabelecer o que pretendem mudar - um objectivo de cada vez e ir partindo da avaliação para outros patamares.

(OD) - E ser feita por quem? Com intervenção das famílias, devolvendo-lhe essa co-responsabilização?

(GP) – Sim, em conjunto com quem se está a intervir, ou seja o cruzamento de ambas as perspectivas. É importante que as equipas, de acordo com a perspectiva comportamental, e dos comportamentos disruptivos, estabeleça prioridades, uma coisa de cada vez. Fazer exactamente uma lista de prioridades – qual o comportamento daquela família que está a ser mais desajustado e a ter mais repercussões na vivência daquela família.

(OD) – Terminámos a abordagem das questões que estavam previstas no nosso guião. Ocorre-lhe acrescentar algo mais?

(GP) – Não é fácil...da minha experiência enquanto técnica da CPCJ e experiência profissional como psicóloga numa escola, onde as questões se cruzam, acho que de facto não é fácil intervir junto deste público; ficamos sempre um bocadinho com a sensação de que não vamos conseguir, mas se nos propusermos, formos realistas, metódicos, determinarmos fazer uma coisa de cada vez, penso que é possível. Demora mais tempo, mas...

(OD) – Desde logo pela diversidade das problemáticas que entretanto aparecem neste contexto; as famílias são diferentes entre si, dentro da própria família as pessoas são diferentes. Depois também eventualmente pelo “colete-de-forças” em que os técnicos se sentem relativamente ao que são as orientações para cumprimento de todos os regulamentos, leis e timings.

(GP) – Sim, estamos um pouco condicionados por isso também. Mas devemos acreditar no potencial das capacidades que as famílias têm no seu repertório, temos é que puxar por ele, fazê-lo aparecer!